

Os processos de definição, descrição e nomeação na dicionarização da língua

Daiane Siveris
Graduanda em Letras (UFSM, FiPE)
Prof.^a Dr. Verli Petri
Orientadora (UFSM)

O presente trabalho tem por objetivo apresentar resultados parciais advindos do projeto de pesquisa intitulado *Língua, sujeito e história: o gaúcho no processo de dicionarização da Língua Portuguesa no/do Brasil* (FIPE - UFSM). Trata-se de um estudo sobre os prefácios e os verbetes, a fim de analisar as regularidades e as particularidades linguísticas de cunho nacional e regional presentes nos prefácios de três dicionários nacionais de Língua Portuguesa do século XIX. São eles: o *Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa*, de Caldas Aulete, de 1881; o *Novo Dicionário Universal Português*, de Francisco de Almeida, de 1889 e o *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, de Cândido de Figueiredo, de 1899. A partir dos prefácios desses dicionários, também analisaremos os modos de definir, de descrever e de nomear os verbetes que estão presentes nesses instrumentos linguísticos, especificamente, o “gaúcho”, o “homem” e a “mulher”, de modo que possamos verificar se o que é proposto nos prefácios, de fato, se concretiza na elaboração dos dicionários, uma vez que o intuito dos dicionaristas é colocar à disposição de todos os conhecimentos e as fontes dos saberes. Identificaremos, via discurso, as relações dos dicionários com um suposto público em geral, conforme a proposta verificada no prefácio, revelando-se possíveis restrições de tais instrumentos linguísticos a uma parcela da população – a letrada. Esse procedimento será realizado a partir da observação das escolhas lexicais que foram feitas para atribuir o significado às palavras. A partir das análises dos verbetes confirmaremos a nossa hipótese de que o dicionário não é completo, de que ele não contém todos os sentidos que uma palavra pode carregar. Para a análise dos instrumentos linguísticos, tomamos por base os princípios teóricos e metodológicos da Análise de Discurso (AD), de linha francesa, como foi desenvolvida por Michel Pêcheux, e como hoje vem sendo desenvolvida no Brasil, principalmente, por Eni Orlandi; estabelecendo relações com a História das Ideias Linguísticas.

Incidente em Antares: um discurso de resistência

Eloana Correia Levinski Silva
Graduanda em Letras (UNICENTRO)
Prof.^a Dr Maria Cleci Venturini
Orientadora (UNICENTRO)

O objeto de análise do presente trabalho é a função discursiva do sujeito porta-voz no discurso de resistência proferido pelos mortos-insepultos da cidade fictícia de Antares, criada por Erico Veríssimo, no romance *Incidente em Antares* publicado em 1971. As condições sócio-históricas de produção da obra coincidem com o período ditatorial vigente no Brasil. Nessa materialidade, buscamos os procedimentos discursivos presentes no discurso de resistência do personagem Cícero Branco pela noção de sujeito porta-voz. Nessa posição o sujeito age em sua defesa e também na dos outros mortos insepultos. Ancoramos as análises nos aportes teóricos da Análise de Discurso de vertente pecheutiana, cujo nome destaque no Brasil é Eni Orlandi. Ao ler esta obra pelo viés da Análise do Discurso, não observamos o texto na tentativa de extrair sentidos, procurando entender o

que o mesmo quer dizer, mas como este significa como processo. Recortamos para fins de análise nove seqüências discursivas (SDRs) constituídas pela fala de Cícero Branco, tendo em vista não só o que é dito, mas também os não-ditos (interdiscurso) que ressoam no eixo da formulação pelo funcionamento da memória, enquanto pré-construído. Essas seqüências sinalizam para o processo discursivo de constituição do sujeito porta-voz e do discurso de resistência, sendo que dessa posição Cícero Branco dá voz ao grupo que ele representa e ao mesmo tempo faz reivindicações. O grupo por ele liderado e representado desnuda a realidade sócio-histórica da cidade, tendo em vista o fato de os sete mortos-insepultos representarem várias formações discursivas da formação social (a do advogado, a da prostituta, a da oligarquia rural, a do anarco-sindicalista, o do bêbado, a do artista, a do jovem idealista). Diante disso, interessa relacionar essas condições de produção com o contexto sócio-histórico do Brasil daquele período para detectar os silêncios que neles são trabalhados. Como efeito de conclusão parcial podemos dizer que esse episódio representativo da resistência só foi possível porque os sete sujeitos representantes de diferentes FDs estavam mortos e nessa condição a repressão e o processo de silenciamento não os alcançava, por isso podiam denunciar, julgar, desmascarar... Entretanto, após a greve, eles voltam para seus esquifes e é realizada uma operação borracha destinada a apagar as denúncias e o ocorrido na cidade.

Dicionários populares: o que os prefácios nos dizem sobre as imagens de leitores?

Daiane da Silva Delevati
Graduanda em Letras (UFSM, Pibic/CNPq)
Prof.^a Dr. Verli Petri
Orientadora (UFSM)

Esta proposta de comunicação busca explicitar resultados parciais obtidos a partir do desenvolvimento do projeto de pesquisa denominado “*Língua, sujeito e história: o gaúcho no processo de dicionarização da Língua Portuguesa no/ do Brasil*”. Para esse trabalho selecionamos os prefácios dos seguintes instrumentos linguísticos: *Novo Dicionário da Língua Portuguesa* edição de 1975; *Minidicionário de Língua Portuguesa*, edição de 1977, (os dois prefácios assinados por Aurélio Buarque de Holanda) e o *Vocabulário Sul Riograndense* (prefácio assinado pela Editora Globo), edição de 1964. Nesse recorte apontaremos as regularidades discursivas presentes nos modos de apresentação dos dicionários que nos levam a classificá-los, seguindo proposta de José Horta Nunes, como dicionários populares. Em seguida, através do próprio prefácio, apresentaremos os elementos discursivos que dividem esses dicionários populares em: dicionário *para* o povo, dicionário *do* povo, e dicionário *sobre* o povo. E, por último, levando em conta essas especificidades, mostraremos as imagens de leitores que estão mais ou menos explícitas/implícitas na apresentação desses instrumentos linguísticos. Imagens, essas, que resultam de mudanças nas formações discursivas nos diferentes momentos de produção e circulação desses dicionários, e que por isso nos revelam um pouco da história e da ideologia constitutivas dos discursos e dos sujeitos. Ou seja, há um procedimento de escolha (in) consciente que determina o que será dito em detrimento do que não o será, para isso é preciso considerar as condições de produção do dicionário. Enfim, tomamos o prefácio como um lugar privilegiado para se olhar o discurso dicionarista, porque é ele que apresenta e representa a obra. É ele, pois, que nos revela muito da história, das ideologias, dos sujeitos, dos discursos e das línguas que envolvem as condições de produção dos dicionários. Para a realização desse trabalho nos embasamos na Análise de Discurso de Linha Francesa, fundada por Michel Pêcheux, e a História das Ideias Linguísticas,

representada por Sylvain Auroux, tais como são desenvolvidas no Brasil por seus filiados. Entre eles, tomamos como referência, especialmente, Eni Orlandi e José Horta Nunes.

Sujeito gaúcho: diferentes (re)significações

Martina da Silva Schaedler
Graduanda em Letras-Português (UFSM, Pibic/CNPq)
Prof.^a Dr. Verli Petri
Orientadora (UFSM)

O objetivo do presente trabalho é analisar o discurso de dois dicionários regionalistas, mais especificamente o que é apresentado nos prefácios, objetos linguístico-discursivos, que revelam diferentes imagens de gaúcho. As obras selecionadas são o *Dicionário de Regionalismos do Rio Grande do Sul*, de Rui Cardoso Nunes e Zeno Cardoso Nunes; e o *Dicionário Gaúcho Brasileiro*, de Batista Bossle. Nossa análise centra-se na descrição das estruturas das obras, semelhanças e diferenças, em que destacamos marcas linguísticas (ideológicas) que nos permitem, a partir da descrição das obras, calcadas na literatura e na música gaúcha, respectivamente, diferentes (re)significações para o sujeito gaúcho quando nomeado, em um instrumento linguístico, como brasileiro. Para tanto, nos embasamos na Análise de Discurso de linha francesa, fundada por Michel Pêcheux, tal como é desenvolvida no Brasil, especialmente por Eni Orlandi. Logramos como resultado, neste estudo inicial, que os dicionários analisados, mesmo que com objetivos particulares e diferentes - o de regionalismos do Rio Grande do Sul, na manutenção de uma cultura/tradição na e pela língua, e o Gaúcho Brasileiro por uma atualização e disseminação dessa -, são obras de grande importância e próximas entre si por tratarem de uma mesma linguagem: a linguagem que é peculiar ao sul do país. Porém, a partir da leitura e análise cuidadosa dos prefácios, observamos o movimento dos dicionários em busca da homogeneização da língua e suas limitações. Vemos, então, os movimentos de sentido produzindo diferentes imagens de gaúcho. Ao tomarmos os dicionários e seus prefácios como objeto de estudo, buscamos dar-lhes a devida importância como instrumentos linguísticos, sugerindo que se vá além do uso e da consulta à língua. Muito embora nosso estudo seja inicial, pois requer aprofundamento e continuidade, mostramos que há outras possibilidades de sentidos para a descrição do "gaúcho" no espaço da dicionarização. Enfim, é possível dizer que os dois dicionários são regionalistas, o que não significa dizer que ambos revelem uma única imagem de gaúcho.

Confie no Rosa: o pressuposto e o subentendido na publicidade

Amanda Moura de Fraga
Graduanda em Letras (ULBRA)
Prof.^a Ms. Lisane Félix Veloso
Orientadora (ULBRA)

Trabalhando com conteúdos implícitos, a publicidade utiliza-se de expedientes argumentativos para fazer o seu produto ou serviço desejado pelo potencial consumidor. Os expedientes argumentativos, segundo Medeiros e Tomasi (2002), dividem-se em dois grupos: os pressupostos e os subentendidos. Os pressupostos constituem um quadro de referência comum entre o enunciador e o enunciatário, enquanto que, com os

subentendidos, o enunciador pode negar o sentido atribuído a sua fala pelo enunciatário. Este trabalho tem como objeto de estudo a campanha publicitária impressa do produto de limpeza *Vanish*. A pesquisa, de cunho qualitativo, é ainda descritiva e interpretativa, pois procura identificar os conteúdos que podem ser pressupostos ou subentendidos pelo leitor através da leitura do anúncio. Para realização do trabalho, inicialmente, foi definida a peça publicitária impressa do produto de limpeza *Vanish* como objeto de estudo. Em seguida, os conteúdos teóricos equivalentes a pressuposição e ao subentendido foram estabelecidos para guiar a análise. Num terceiro momento, fez-se a pesquisa bibliográfica sobre estes dois pontos. Logo depois, a análise propriamente dita do anúncio foi realizada, e os resultados, apontados. Finalmente, foram sugeridos temas para novas pesquisas na Semântica. Os resultados apontam que basear-se nas preferências femininas para a coloração de *Vanish* constitui uma estratégia dos criadores do *design* do produto, pois a mulher é mais vulnerável às novas influências do que os homens, segundo Farina (1990). Através dos sentidos trabalhados nas diversas modalidades de linguagem presentes no anúncio publicitário do produto de limpeza *Vanish*, pode-se entender que os criadores do impresso privilegiam, como conteúdo a ser pressuposto e subentendido pelo público, a capacidade do produto de ser um tira-manchas eficaz, seguro e incapaz de danificar roupas brancas, no qual a consumidora pode confiar, pois se adapta as necessidades da mulher pós-moderna.

Duelo luso-castelhano na historiografia Sul-Rio-Grandense

Emanuele Bitencourt Neves Camani
Graduanda em Letras-Espanhol (UFSM, PIBIC/CNPq)
Prof.^a Dr. Eliana Rosa Sturza
Orientadora (UFSM)

Este texto apresenta um breve panorama do projeto de pesquisa, em fase inicial, que é analisar os percursos de configuração dos sentidos do discurso da historiografia sul-rio-grandense a partir da origem e formação sócio-histórica da identidade do gaúcho, especificamente sobre o vocábulo *gaúcho* ao qual é dada uma extensa e variada definição. O volume de obras e textos que se pautam por essa temática requer critérios de seleção específicos desses discursos. Como procedimentos metodológicos, orientamo-nos pela pesquisa bibliográfica em que analisaremos textos de historiadores e intelectuais que versaram sobre a historiografia sul-rio-grandense e que, pela perspectiva enunciativa e discursiva, representam o sujeito nessa materialidade histórica. Será feito levantamento, análise e sistematização dos dados desses recortes discursivos. O funcionamento discursivo é mobilizado pela interpretação dos sentidos da língua que remete a uma materialidade histórica a qual constrói a identidade gaúcha. Os acontecimentos relativos à formação sócio-histórica do estado do Rio Grande do Sul apresentam em seus discursos duas posições bem marcadas. O objetivo é examinar como se estabelece a contraposição das vertentes lusitana e platina desse discurso na formação social do sujeito gaúcho. Trata-se de mostrar que a língua é mobilizada pelo sentido em um espaço de enunciação onde a construção da identidade e do sujeito gaúcho estavam assegurados. Pode-se dizer que desse confronto emergem diferenças que, no caso de nosso trabalho, permitem observar a fundação de um discurso ideológico, a partir da compreensão do modo como se sustentam as posições enunciativas, quando se fala sobre o sujeito gaúcho no período proposto. Essa mobilização de sentidos representada na língua remete à formação identitária do gaúcho. Esta pesquisa será realizada essencialmente no quadro teórico dos estudos da enunciação em suas aproximações com a análise de discurso francesa. Partimos dessas premissas para analisar a

função enunciativa e discursiva do sentido do vocábulo *gaúcho* na constituição sobre o gaúcho sul-rio-grandense.

Análise da relação oral e escrito do discurso narrativo de crianças em processo de letramento

Manuela Francisca Dias
Graduanda em Letras (UFSM, FiPE)
Prof.^a Dr. Márcia Cristina Corrêa
Orientadora (UFSM)

Este trabalho tem como objeto de estudo a construção do discurso narrativo oral e escrito de crianças em processo de letramento. Sendo o principal objetivo a análise da construção destes discursos nas produções de crianças da 1ª e 2ª séries do ensino fundamental. A metodologia utilizada faz uso da abordagem qualitativa/longitudinal, uma vez que se propõe acompanhar o processo de construção e desenvolvimento do discurso da escrita de 16 crianças dos primeiros dois anos de escolarização. Para coleta de dados, foi utilizada a produção de textos escritos, a partir do suporte história em quadrinhos. A concepção de linguagem, que sustenta o presente trabalho e orienta os procedimentos metodológicos, é baseada na perspectiva interacionista sócio-discursiva, via Bronckart (1999, 2006, 2008) e Vygotsky (1998). A partir dos dados, há a análise da produção de um dos sujeitos, considerando as principais diferenças entre a narrativa oral e a narrativa escrita da criança. Após o relato apresento uma hipótese para tais diferenças encontradas, na escola predominam modelos escritos sobre os orais, assim as crianças reproduzem os modelos já dados pela escola, construindo melhores textos escritos do que orais. Ainda não há resultados finais, há apenas análise dos dados, os quais apontam hipóteses que irei confirmá-las ou não no acompanhamento da construção dos discursos das [e sobre as] escritas das crianças em fase de letramento.

A ressignificação no ensino de línguas

Verlei Iâni Petri
Graduanda em Letras Português (UNIJUÍ, PIBEX)
Prof.^a Maria Julia Padilha Macagnan
Orientadora (UNIJUÍ)

A referida comunicação tem como objetivo principal refletir e discutir as contribuições que o projeto de extensão “O ensino de línguas e a ressignificação da prática docente” traz para o cotidiano da sala de aula dos professores, bem como para os pesquisadores que se interessam por questões referentes ao ensino de línguas. Selecionamos para este momento, um recorte que privilegia elementos vinculados à experiência desenvolvida no ensino fundamental e no médio, da área de língua portuguesa, dos municípios de Ijuí e Três Passos (RS). O referido Projeto é desenvolvido por docentes do Curso de Letras do Departamento de Linguagem, Artes e Comunicação (DELAC) da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ) e está sob a coordenação da professora Maria Julia Padilha Macagnan. Em quatro anos de funcionamento, já foram mobilizados diversos saberes, abrangendo muitos professores, que participaram e que repensaram suas práticas.

Um dos principais objetivos deste trabalho é proporcionar, via reflexão, a atualização das práticas pedagógicas, envolvendo a utilização das diferentes tecnologias. São os encontros mensais que promovem os debates e a troca de experiências, contribuindo para ampliar e ressignificar a prática pedagógica de cada um dos envolvidos. Quanto aos materiais e métodos empregados, amplia-se neste ano para além de textos teóricos e impressos, discutidos nos encontros mensais, para atividades nos laboratórios de Informática, conectados a internet, realizado nas dependências da UNIJUI, nas respectivas cidades sedes das Coordenadorias Regionais da Educação participantes do Projeto de Extensão. Tais encontros levam até os professores participantes, profissionais competentes da área para realizar atividades teórico-metodológicos, com desenvolvimento de seqüências didáticas, contemplando gêneros discursivos digitais, aperfeiçoando o uso de espaços da web, visitando e criando blogs. Acredita-se que ao inserir com maior autonomia os docentes nestes espaços digitais, haja um melhor desenvolvimento do trabalho em sala de aula, possibilitando um melhor rendimento, qualificando todo o processo de ensino e aprendizagem. Neste primeiro semestre de 2009, os professores executores do Projeto trataram assuntos como Análise Linguística, Linguística Textual, Roteiro de Cinema, Confecção de Blogs, entre outros assuntos pertinentes. Pode-se conferir como resultado dos referidos encontros o interesse dos professores participantes, que, mesmo em situações adversas, fazem os maiores esforços para participarem destes encontros de formação. Esses educadores são submetidos ao desafio de melhorar suas atividades em sala de aula e a postura perante os alunos, bem como ampliar seus conhecimentos da área abordada. Ainda é possível, ao conversar com os professores participantes, identificar a satisfação dos mesmos, pois retornam aos encontros com entusiasmo e interesse, trazendo relatos da aplicação das propostas discutidas em encontros anteriores, com sugestões de ampliação das mesmas. Observa-se, porém, que a maior dificuldade dos professores está em ministrar aulas dinâmicas e de interação tecnológica com os alunos, no que o projeto vem procurando contribuir. Contata-se, entretanto, que tem havido uma redução de participantes, embora os professores tenham interesse. Essas dificuldades se devem à falta de apoio de algumas direções de escola, em liberar seus docentes para participação dos encontros mensais, às mudanças implementadas pelas resoluções da Secretaria Estadual de Educação, no corrente ano, dificultando a participação. Em que pese essas limitações, pode-se dizer que ainda assim os resultados são positivos dentro do grupo que participa efetivamente.

A construção da textualidade em produções de crianças

Anna Cervo
Graduanda em Letras (UFSM, Pibic/CNPq)
Manuela Francisca Dias
Graduanda em Letras (UFSM, Fipe)
Prof.^a Dr. Márcia Cristina Corrêa
Orientadora (UFSM)

A escrita tem um papel de extremo destaque na vida social, devido a seus múltiplos usos e funções. Considerando-a como um processo e não simplesmente um produto, o presente trabalho visa acompanhar e analisar a produção textual – narrativa - de crianças em fase de letramento – 1ª e 2ª séries do ensino fundamental. Faz-se necessário salientar que este trabalho é uma ação do projeto A construção do discurso da [e sobre a] escrita por crianças em fase de letramento, cujo embasamento teórico é feito através do Interacionismo sociodiscursivo, via Bronckart (1999, 2006, 2008) e Vygotsky (1998). Para a pesquisa,

utilizamos uma metodologia longitudinal/qualitativa (duas coletas anuais), cujos sujeitos foram 16 crianças, de uma escola, de Santa Maria, RS. Cada criança foi submetida a uma entrevista sobre dados de letramento (onde mora, com quem; se lia e por que (não) lia...) e sobre escrita. Na seqüência, a partir de uma história em quadrinhos, produziram uma narrativa oral e, depois, uma escrita. O material oral coletado foi gravado, a fim de que pudessemos fazer uma melhor análise dos dados. Nas produções das crianças, houve uma grande diversidade nos níveis de elaboração da narrativa, nas duas coletas. Como resultados preliminares, podemos destacar a evolução do uso de recursos lingüísticos para construir a progressão textual nas seqüências narrativas, e a maneira como introduziram e retomaram as personagens. Uma de nossas expectativas era a de que a narrativa oral fosse mais bem elaborada em relação à narrativa escrita. Porém, o contrário aconteceu. Sendo assim, elaboramos uma hipótese para tais ocorrências: na escola, predominam modelos escritos sobre os orais. As crianças reproduzem os modelos já dados pela escola, construindo melhores narrativas escritas do que orais. Um fator que pode influenciar nesses dados, é o fato de as crianças não ouvirem histórias contadas pelos seus familiares, algo considerado provável, já que a maioria desses pais não tem praticamente nenhum contato com livros. Por ser uma pesquisa longitudinal, possuímos apenas conclusões preliminares acerca do assunto. Entretanto, daremos continuidade à leitura e análise dos textos, bem como ao acompanhamento da evolução dos alunos pesquisados. Na seqüência do trabalho, pretendemos acompanhar essas crianças até a 4ª série do ensino fundamental, para que assim possamos tirar conclusões mais consistentes acerca da aquisição da linguagem escrita.

O gramático na década de 70: a fragmentação da forma-sujeito

Maria Iraci Sousa Costa

Graduanda em Letras (UFSM, CNPq/Balcão)

Prof.ª Dr. Amanda Eloina Scherer

Orientadora (UFSM)

Nossa proposta de trabalho, inscrita no projeto de Iniciação Científica intitulado História das Ideias Linguísticas no Sul: estudo das ideias e organização da memória dos anos 80 a 2000, é parte da investigação que vimos desenvolvendo sobre a *Moderna Gramática Brasileira* (1976), de Celso Pedro Luft, na qual temos como objetivo central analisar as influências políticas e científicas no discurso desse gramático. Uma vez que entendemos o político como representado pela NGB e a ciência como representada pela disciplinarização da Linguística, visamos a verificar como se estabelece a relação entre a ciência e o político na construção desse instrumento lingüístico, tomando como base a análise da designação (Guimarães, 2002) adotada na seção de Sintaxe. Nosso estudo está embasado nas questões teórico-metodológicas da Análise de Discurso de linha francesa, apoiando-se nas noções de condições de produção, memória discursiva, estrutura, acontecimento e posição-sujeito, vinculando-se também aos estudos referentes à História das Ideias Linguísticas. A seleção do corpus se deve ao fato de a *Moderna Gramática Brasileira* ter sido publicada inicialmente com o nome de *Gramática Resumida* (1960), cujo objetivo era explicar a aplicação da Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB). No entanto, à medida que a *Gramática Resumida* vai sendo reeditada, as condições de produção vão redefinindo a gramática, que já não se limita somente a designações determinadas pela NGB. Quando chega a terceira edição, essa gramática está tão engajada com a ciência lingüística que seu autor lhe dá uma nova designação: *Moderna Gramática Brasileira*. Desse modo, pode-se dizer que o corpus da nossa pesquisa, diferentemente da GR, situa-se no grupo das produções com aporte teórico, uma

vez que a disciplinarização da Linguística dá sustentabilidade teórica para estudar as especificidades do português do Brasil partindo de um ponto de vista científico. Portanto, a importância da reflexão proposta para a nossa pesquisa se deve ao fato de a *Moderna Gramática Brasileira* abarcar momentos decisivos da gramatização brasileira: a Nomenclatura Gramatical Brasileira e a disciplinarização da Linguística.

Um documento oficial na constituição da história do ensino de língua portuguesa: considerações iniciais

Gabriela Persio Herrmann
Graduanda em Letras (UFSM, Fipe)
Prof.^a Dr. Graziela Lucci De Angelo
Orientadora (UFSM)

O presente trabalho tem por objetivo geral a investigação da constituição da história da disciplina curricular Língua Portuguesa, tomando como instrumento de pesquisa o documento oficial *Guias Curriculares para o ensino de 1º grau – Língua Portuguesa*, produzido e publicado pela Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, no ano de 1975. Além disso, tem por objetivos específicos procurar identificar as condições de produção do documento, depreender as bases teórico-metodológicas que dão sustentação a ele e reconhecer as concepções de linguagem, de língua e de ensino de língua materna defendidas no documento. Assim, através de um referencial teórico embasado nos estudos do Círculo de Bakhtin, esta pesquisa faz uso de uma metodologia amparada no estabelecimento das regularidades do documento citado, visando à interpretação por meio de leituras e descrições. O documento é composto pelas seguintes partes: equipe técnica, apresentação, introdução e considerações gerais, comuns a todas as sete disciplinas do ensino de 1ª grau, as quais eram divididas em três áreas temáticas: Comunicação e Expressão, Estudos Sociais e Ciências. Nosso trabalho tem se concentrado na descrição das partes comuns a todas as disciplinas, procurando depreender sentidos produzidos nesses textos. Como esta pesquisa ainda está em início de execução, os resultados alcançados são parciais e por ora focalizam o primeiro objetivo específico: identificar as condições de produção do documento. Pela leitura feita, é possível constatar que o documento é produto do contexto em que é produzido: em meio a uma época de ditadura militar no Brasil, da implementação da Lei 5.692/71, do processo de democratização do acesso à escola pública e da legitimação da ciência linguística no ambiente acadêmico, no que tange ao guia específico de Língua Portuguesa. Até o momento, através dos estudos realizados, é possível dizer que o documento *Guias Curriculares para o ensino de 1º grau – Língua Portuguesa* é um enunciado historicamente situado, que responde às exigências da implementação da Lei 5.692/71 e acena para uma nova escola de entrada democratizada e um novo ensino, servindo de reflexo do contexto ao qual está inserido.

O dicionário como uma ferramenta de ensino: propostas de atividades para o aprendizado de língua portuguesa

Nina Rosa Licht Rodrigues
Graduanda em Letras (UFSM)
Prof.^a Dr. Verli Petri
Orientadora (UFSM)

O trabalho em questão visa a apresentar propostas didáticas de utilização de dicionários para o ensino de Língua Portuguesa. Os resultados apresentados no presente trabalho são advindos do projeto de pesquisa Prolicem 2008: “*O lugar do dicionário como instrumento didático-pedagógico no ensino da Língua Portuguesa*”. O desenvolvimento ocorreu em sala de aula, em uma turma de nono ano, na qual foram revisitados os dicionários, enquanto objetos discursivos da maior importância. Tomamos por base os pressupostos teóricos da Análise do Discurso de Linha Francesa, tal como foi instituído por Michel Pêcheux e como vem sendo trabalhado hoje, no Brasil. Desta perspectiva, entendemos e exploramos os dicionários via olhar discursivo; de um lado, incentivando os adolescentes a questionarem os sentidos das palavras/verbetes, e por outro lado, propondo outras estratégias metodológicas para o professor de língua portuguesa. Podemos afirmar que trabalhar com esse instrumento didático-pedagógico vai além do ensino de regras e exceções, em outras palavras, da norma padrão, culta da língua, é contribuir, sobretudo, para a formação de um aluno reflexivo, questionador, sabedor de que o dicionário pode e deve ser explorado por meio da prática discursiva (questionando os diversos sentidos dos verbetes/palavras) e não mais como um instrumento restrito ao domínio lexical, frasal ou textual. Além disso, propomos a desconstrução dos saberes aprendidos sobre os dicionários, tais como: ele é o detentor da verdade, do saber absoluto, ele é completo, não tem falhas, logo, não podemos mais tomar o dicionário como “amansa burros”. Dentre os questionamentos propostos, destacamos os que renderam maior índice de reflexão: Quem produz os dicionários? Esse sujeito que produz os dicionários é o profissional (lexicógrafo?), o pai de família? Um cidadão como qualquer outro? Esse sujeito, que produz os dicionários, está imune a fatores externos? Será que ele se baseou em outras definições de outros dicionários para produzir o seu? As definições dos dicionários são únicas? Não as encontramos em nenhum outro dicionário? Os sentidos também são únicos? As definições contidas nos dicionários são completas? É possível existir a sonhada completude? Tais questões conduzem à promoção do dicionário que passa a ocupar um estatuto diferenciado, fazendo parte da aula e da vida dos sujeitos envolvidos.

Narrando a estrangeiridade: aspectos constitutivos da memória discursiva

Aline Pegoraro

Graduada em Letras (UNIPAMPA, PBDA)

Ester Dias de Barros

Graduada em Letras (UNIPAMPA, PBDA)

Prof.^a Dr. Valesca Brasil Irala

Orientadora (UNIPAMPA)

Pensar a problemática constitutiva do sujeito implica alguns questionamentos referentes à questão de identidade, a qual se constitui não apenas pelo discurso verbal, “mas também por materialidades que nos cercam, por nossos modos de vida, nossas maneiras de andar [...]” (SCHERER, 2006) e outras situações que vivenciamos cotidianamente. Portanto, trata-se de uma questão forjada e circunscrita pelas experiências corporais dos sujeitos, extrapolando as intenções de reduzi-las a aspectos de ordem puramente consciente. Nessa perspectiva, o presente trabalho tem por objetivo analisar por meio da análise do discurso, passando pelas concepções da psicanálise, sobre como o corpo se constitui como efeito da memória discursiva, operando como instância exteriorizada do inconsciente. Dessa forma, consideramos o discurso de entrevistados brasileiros, buscando assim problematizar

questionamentos que envolvem a identidade do sujeito no que tange a condição de estrangeiridade abarcada em meio às diferenças lingüístico-culturais. Nesse sentido, filiamos ao pensamento de Nicolau (2008), que faz referência as manifestações corporais ou psicossomáticas, propondo pensá-las pela via do corpo inscrito na língua. Nesse sentido, consideramos o corpo como imprescindível para a compreensão do inconsciente, pois como salienta Nicolau (2008, p. 3): “para Lacan, a psicanálise não se sustenta sem o corpo, mas este está submetido à ordem simbólica e à lei do desejo”. Para corroborar com esta idéia utilizamos os aportes teóricos da Análise do Discurso e da Psicanálise, lançando mão da reflexão de alguns autores como Maliska (2003), Costa (2005), Nicolau (2008), Scherer (2004, 2006) entre outros e operamos com o conceito de memória discursiva. Para tal efeito, realizamos gravações de áudio com sete professores universitários bilíngües, que migraram com o intuito de estudar em condições financeiras favoráveis a um país cuja língua vigente é distinta da sua “dita” língua materna, ocupando assim, durante certo período, a condição de estrangeiro e consequentemente, promovendo “movimento de alteridade” (SCHERER, MORALES & LECLERQ, 2004, p. 27).

Discurso urbano: efeito de sentidos do discurso dos vendedores de materiais de consumo doméstico na cidade de Guarapuava e região

Elizangela Schinemann
Graduanda em Letras (UNICENTRO, IC/PAIC)
Prof.^a Dr. Maria Cleci Venturini
Orientadora (UNICENTRO)

O tema deste trabalho é o discurso dos vendedores de eletrodomésticos e o efeito de sentido desse discurso junto aos possíveis clientes. O objetivo geral é saber quais os procedimentos discursivos que sustentam esse discurso, tendo em vista a posição-sujeito do vendedor e do comprador na formação discursiva em que se inscrevem. Interessa saber também quais os domínios de memória que irrompem nesse discurso. Os aportes teóricos que sustentarão as análises são os da Análise do Discurso de vertente pecheutiana, desenvolvida no Brasil pela releitura e transformação de conceitos teóricos de Michel Pêcheux e de seus colaboradores realizada por Eni Orlandi, e outros pesquisadores filiados a AD. Essa pesquisa encontra-se em fase inicial e a constituição de arquivos dar-se-á pela pesquisa de um lado junto aos vendedores, os quais responderão questões específicas sobre a forma de tratamento dispensada na abordagem, sobre a imagem que ele tem do possível comprador e qual a função dessa imagem na apresentação do produto a ser oferecido. De outro lado, buscar-se-á sujeitos compradores, não aqueles abordados pelos vendedores pesquisados para saber como os sujeitos/consumidores se sentem diante do assédio dos vendedores, da forma como são tratados e da pressão exercida por eles para o fechamento da venda. O fio condutor das análises será a noção de sujeito e aquelas que com ela formam rede, (formação discursiva, formação imaginária, etc). Depois de selecionados e arquivados os enunciados que textualizam a “fala” dos sujeitos pesquisados, serão recortadas sequências discursivas de referência do discurso, pelo qual os vendedores abordam os possíveis clientes, considerando as regularidades e as rupturas constitutivas do discurso do sujeito/vendedor e do sujeito/comprador. Uma conclusão preliminar que se pode chegar, e que sustentam nossa proposta de pesquisa, é que os vendedores e as empresas possuem uma imagem de “sujeito/comprador ideal”, que pode/deve comprar, mas não sabem como lidar com os sujeitos/compradores que fogem da imagem idealizada, talvez pela sua

condição social, tendo em vista que a aparência física e a maneira de expressar-se é uma das formas de composição do sujeito.

A história da produção e a circulação de saberes no Laboratório Corpus

Vanessa Bianchi Gatto
Graduanda em Letras (UFSM, Fiex)
Martina Schaedler
Graduanda em Letras (UFSM, Pibic-CNPq)
Prof.^a Dr. Verli Petri
Orientadora (UFSM)

O presente trabalho vincula-se ao Programa de Formação Permanente de Jovens Pesquisadores: Laboratório Corpus (FIEEX) e tem como foco a formação e o desenvolvimento de uma rede de jovens pesquisadores na sua relação com a sociedade, passando por seminários de formação, jornadas de pesquisa, reuniões de grupos de estudos, participação em eventos e inserção na comunidade em geral. Nosso objetivo é apresentar os resultados parciais obtidos no ano de 2009, dando continuidade ao trabalho de organização e manutenção de uma memória material do Laboratório Corpus – Laboratório de Fontes de Estudos da Linguagem – PPGL/UFSM, espaço que reúne pesquisadores e acadêmicos ligados a atividades de ensino, pesquisa e extensão nas áreas de Linguística e Literatura. Para a organização do que entendemos por memória material do Corpus, realizamos pesquisa que resultou em uma compilação de documentos de diferentes materialidades (cartazes, fotos, textos, *banners*, *folders*, etc.) relativos à participação do grupo em eventos – internos e externos –, a entrevistas e a eventos realizados no/pelo Laboratório no corrente ano. O trabalho de ordenamento de imagens, textos e dados traduziu-se na constituição de um arquivo, no qual se tem a continuidade do trabalho já realizado, revelando um pouco da trajetória do Laboratório Corpus que completa, em 2009, 10 anos de plena atividade. Os mesmos materiais fazem parte do “Arquivo Fotográfico”, disponibilizado *on-line*, na página do Laboratório: www.ufsm.br/corpus. O trabalho que desenvolvemos traduz-se na organização de uma memória/história viabilizada por um trabalho de natureza técnica que objetiva dar suporte material à pesquisa, destacando, desta forma, o Laboratório Corpus enquanto espaço de produção/circulação de saberes nas áreas da Linguística e da Literatura, embasado no tripé ensino-pesquisa-extensão.

A construção da identidade nacional/regional: as práticas discursivas atuando em redes de memória

Caroline da Silveira Aquino
Graduanda em Letras (UFSM, PIBIC/ CNPq)
Prof.^a Dr. Amanda Eloina Scherer
Orientadora (UFSM)

Alheio às fronteiras espaciais está o sentimento de pertencimento de determinada comunidade a um país ou nação. Esse sentimento conclama a uma questão de identificação nacional, pois “diferenças entre nações [que] residem nas formas diferentes pelas quais elas são imaginadas” (Anderson apud Hall, 2003, p. 51). Dessa forma, começamos a nos perguntar, podemos considerar, também, um movimento contrário a esse, ou seja, o de não

pertencer, o de não identificar-se? De que maneira esses movimentos aparecem (se aparecem) no discurso? Eles consignificam ao longo da história? Na tentativa de responder a esses questionamentos, propomo-nos a analisar, da perspectiva discursiva, os enunciados circulantes no Rio Grande do Sul, durante o período que vai de 1971 até os dias de hoje, através de revistas de cultura gaúcha, de festivais de música nativa e, a partir disso, das próprias produções musicais enquanto “práticas discursivas que constituem dispositivos identitários e produzem subjetividades como singularidades históricas a partir do agenciamento de trajetos de redes de memórias” (Gregolin, 2007). Assim, é pelos conhecimentos gerados pela Análise de Discurso de linha francesa que fixaremos a base argumentativa de nossas análises. Para tal mobilizaremos as noções de: formação discursiva, arquivo e desestruturação-reestruturação de trajetos de redes de memória para refletirmos acerca da consignificação dos efeitos de sentido no decorrer da história e, assim, a construção da identidade nacional/regional através da apropriação/incorporação de discursos outros. Tomamos, então, como referência a Sequência Discursiva (SD): “Nativo é o que brota livre,/ na terra que lhe gerou./ É tradição... é memória.../ consciência do que ficou”. Até o momento apuramos que a repetição da SD, em temporalidades distintas, é um trajeto temático o qual “permite visualizar (...) momentos de regularidades” (Gregolin, 2007). Por conseguinte, os sujeitos produzem uma memória em relação ao seu estado, em nosso caso, o Rio Grande do Sul, que refuta, que nega o que se convencionou chamar de nacional, pois este está ligado discursivamente a outras redes de significação e, paralelamente, uma a uma memória que silencia esse nacional através das escolhas (conscientes e inconscientes) enunciativas que significam em cenas enunciativas próprias no contexto regional como o 'nativo', 'terra' e 'tradição'.

De sujeito falado a sujeito falante: a interpelação do aparelho policial para obtenção das materialidades discursivas nas práticas de violências contra a mulher

Sérgio Nunes de Jesus
Doutorando em Letras (UFRGS, Capes)
Prof.^a Dr. Ana Zandwais
Orientadora (UFRGS)

A presente proposta de pesquisa fundamentar-se-á em pressupostos da Análise do Discurso: Althusser (1985), Pêcheux (1987), e em pressupostos da Enunciação, Ducrot (1987) e Guimarães (1995), para investigar como o sujeito que pratica atos de violência contra a mulher fala, ou seja, responde aos interrogatórios da Polícia, em virtude das acusações que lhe são feitas pelas mulheres e por testemunhas de suas agressões. Assim, a metodologia a ser instituída será a bibliográfica e, ao mesmo tempo de campo ao evidenciar as formas das distintas enunciações abordadas por um “sujeito” que “reclama” uma ilusão de verdade contraditória em seus deslocamentos discursivos na produção de um sentido que só existe na relação ao outro – pelas forças e seus imaginários constituídos nessa relação. Para tanto, a noção de ideologia e suas relações serão fundamentais para o trabalho, pois quando se fala de ideologia – deve-se lembrar que as ideologias têm materialidades. A primeira pode ser identificada, neste estudo, por meio do Aparelho Ideológico de Estado – o Aparelho policial -, a segunda, está relacionada aos enfrentamentos de um sujeito que é falado e interpelado a se tornar sujeito falante na Tomada do depoimento (TD) perante a autoridade policial. Discutiremos também a questão da violência contra a mulher e por qual o motivo ela se multiplica na sociedade, principalmente nos seios das famílias menos favorecidas – embora haja também um grande número desse tipo de violências em famílias de classe média alta.

Nesse sentido, a TD do sujeito-investigado/falado no decorrer da pesquisa será revista por meio da “ruptura” na língua – abordando as Materialidades Históricas (acontecimento) ≠ Materialidades Linguísticas (estrutura) e suas cenas enunciativas na construção dessas materialidades discursivas. Sendo assim, abordaremos também de que maneira as Práticas Sociais (ou seja, praticada como aparelho ideológico de estado (AIE) de uma formação ideológica (FI) como: *Tomada do Depoimento – Intimações – Perícias – Diligências – Busca e apreensão*) são ineficientes pela falta de efetivo (pessoal) que não é investido por esse aparelho de Estado. E os Saberes Sociais (que são próprios de uma formação discursivos (FD) e, ao mesmo tempo, identificados na formação ideológica como: *Zelar pela ordem – Zelar pelos bons costumes – Agir de maneira preventiva – Fazer valer os deveres do cidadão – Cumprir a lei*) - pois o papel da Polícia como AIE é de se investir nas formas de cumprimentos/práticas (FI) e dos saberes (FD) desse aparelho. Para tanto, a ideologia que se manifesta dentro das Práticas/Saberes, interpelará os *indivíduos* em *sujeitos* e é por essa interpeação que ele constrói o seu próprio conceito de ideologia. Logo, essa relação da convenção de “indivíduos” em “sujeitos” é que caracteriza o “processo da interpeação” – pelo viés da formação ideológica, que são idênticas as lutas de classe, de maneira efetiva numa FD e heterogênea. De acordo aos pressupostos anteriormente abordados, essa identificação são “domínios de saberes” inseridos e presidiúos numa FI ou outra. A presente proposta de pesquisa é relevante, uma vez que é a partir do discurso que se evidenciará a construção da imagem dos depoentes: *sujeito-investigado/falado* e do *sujeito-vítima/denunciante*, na TD, nos Inquéritos Policiais dos quais se realiza a partir de sentidos que se constituem nos valores morais e éticos desses indivíduos - da mesma forma o pensamento/verdade/linguagem transforma a cultura tanto pelo meio da linguagem quanto por meio de gestos e ações. É importante levar em consideração que a área de interesse a ser investigada se constitui em função dos princípios da Análise do Discurso (AD), tendo como delimitação temática: *A interpeação do aparelho policial para obtenção das materialidades discursivas nas práticas de violências contra a mulher*. Assim, a escolha do problema surge como base estrutural da enunciação na oralidade/textualização na TD e por se tratar de um assunto pouco estudado no viés dessa perspectiva discursiva, torna-o relevante e adequado às propostas inter e extra-discursivos na abordagem da subjetividade do discurso, possibilitando desenvolver um estudo em que as indagações poderão ser verificadas dentro das abordagens da problemática ao longo da pesquisa. O sentido das palavras serão constituídos pelos contextos transcritos no Inquérito Policial como prática social. O aspecto ideológico é dialético, pois aparecerão dentro da linguagem prismas de grande valor (como ser da linguagem), à medida que a linguagem se diversificar num dado momento desses enunciados na TD, observando pontos do objeto de estudo – por exemplo: *a escolha vocabular feita pelo escrivão (discurso policial); as estratégias discursivas da vítima (depoente) com vistas à defesa e acusação ao sujeito-investigado/falado; o uso da dêixis como recursos argumentativos; e as marcas de subjetividade no Discurso policial e a subjetividade decorrente nas diversas formas ao enunciar um relato na TD*. Os resultados serão obtidos a partir da comparação das TD, bem como das materialidades constituídas como provas condenatórias do sujeito-investigado/falado pelas violências cometidas e enunciadas paradoxalmente na TD que serão classificadas para melhor compreensão em: ponto de vista *lingüístico* ou *relatado* e ponto de vista *discursivo* ou *referido*.

O saber- poder na mídia de capa: a formação ideológica na tessitura discursiva

Caciane Souza de Medeiros

Doutoranda em Letras/Estudos Linguísticos (UFSM, Capes)

A partir da premissa de que os embates discursivos em sua movência são parte constitutiva de sentidos na sociedade, localizamos nossa reflexão, para esta Jornada, no bojo teórico constituído a partir da obra de Michel Foucault (Obra: *Microfísica do poder*, 2007), no aporte definido pelo filósofo como relação de saber/poder; Pierre Bourdieu (Obra: *O poder simbólico*, 2007), no desenvolvimento do conceito de poder simbólico e sua relação em sociedade, e Michel Pêcheux (Obra: *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*, 1995), no tocante aos conceitos de discurso, interdiscurso e formação ideológica que são os dispositivos teóricos em que engatamos nosso trabalho de tese. Mais especificamente, mobilizamos esses lugares teóricos em suas aproximações atentando para o rigor teórico que Michel Pêcheux traz à baila ao considerar a ideologia como interpelação do indivíduo em sujeito. Conceito esse determinante na formação do discurso e dos sujeitos sociais e, em nossa leitura dos objetos de mídia impressa – corpus delimitado de nossa tese em andamento, o pilar teórico que nos relaciona a um dispositivo de análise discursivo por princípio. Dessa forma, Pêcheux é pontual ao referir que a ideologia, longe de ser um conjunto de representações, visão de mundo ou ocultação da realidade, é constituinte da relação necessária entre linguagem e mundo. Uma vez que produz o dizer e atribui sentido, a interpelação, concebida na esfera do inconsciente, é encoberta no interior do seu próprio funcionamento. Essa dissimulação ajuda a promover a construção dos dois efeitos ideológicos de evidência – a evidência dos sujeitos e a dos sentidos. Partir da compreensão discursiva de que a ideologia está engajada ao excesso e não à falta, nos traz pontos de questionamento em relação ao futuro dos estudos discursivos diante das materialidades discursivas que temos na contemporaneidade (como a imagem que circula nas capas de revistas impressas no Brasil), bem como dos dispositivos analíticos mobilizados na perspectiva teórica fundada nas bases do materialismo histórico. As formações ideológicas são um conjunto complexo de atitudes e de representações que não se constituem na universalidade, mas se relacionam mais ou menos diretamente a posições de classe em conflito umas com as outras. Em nossa reflexão, vamos trazer o exemplo da mídia impressa em sua forma e conteúdo e na discursividade que a constitui em nosso âmbito social de circulação de saber. A compreensão da produção e do modo de interpretação dos produtos de mídia refere que há um processo em diferentes temporalidades históricas que são marcas para além da sua materialidade. Até o momento de nosso desenvolvimento de escritura de tese, em permanente relação interpretativa do corpus e da teoria em *Análise de Discurso (AD)*, o quadro sócio-histórico e ideológico do discurso midiático só pode ser compreendido em seus mecanismos de funcionamento; e este funcionamento é ideológico. A compreensão da produção e do modo de interpretação dos produtos de mídia, por exemplo, refere que há um processo em diferentes temporalidades históricas que são marcas para além da sua materialidade. Nosso objetivo é trazer a questão do poder, e sua ordenação social em uma relação marcada pelo ideológico, para a atualidade, destacando que a mídia desconstrói o lugar de vigilância democrática à medida em que a elaboração de seus produtos de informação está atrelada, inevitavelmente, a interesses econômicos e políticos. O quadro sócio-histórico e ideológico do discurso midiático só pode ser compreendido em seus mecanismos de funcionamento. Se o caráter ideológico do discurso é premissa na constituição dos sentidos e dos sujeitos, quais dispositivos metodológicos podemos relacionar em uma tentativa de avanço teórico, em meio às discursividades que confluem na sociedade? Já que o discurso é relação de sentidos, precisamos atentar para uma garimpagem possível nas buscas por processos de significação, sem nos despercebermos

do fio discursivo tecido na historicidade que é, pois, constituído em sua relação com a formação ideológica.

Processos de resistência-revolta-revolução na América Latina do início do século XXI: o discurso zapatista

Maurício Beck

Doutorando em Letras/Estudos Linguísticos (UFSM, Capes)

Prof.^a Dr. Amanda Eloina Scherer

Orientadora (UFSM)

No presente trabalho visamos a apresentar os desenvolvimentos de nossa investigação de tese cujo escopo é analisar o discurso do Exército Zapatista de Libertação Nacional do México (EZLN), e seus modos de funcionamento – tendo como perspectiva teórica a Análise de Discurso iniciada pelo coletivo de intelectuais em torno do filósofo francês Michel Pêcheux nas décadas de 1960 e 1970. O levante dos zapatistas do EZLN se iniciou no dia 1º de janeiro de 1994, mas o enfrentamento armado contra o exército federal mexicano durou somente 12 dias. Com o cessar fogo iniciou-se um período, que completa quinze anos em 2009, marcado por grandes mobilizações, manifestações nacionais e amplo apoio da sociedade civil nacional e internacional. O fenômeno dessa grande solidariedade civil por mais de uma década parece se explicar pela capacidade de inserção dos zapatistas nas comunidades de Chiapas, no sudeste do México, base social da guerrilha, e pelas novas estratégias de luta ideológica e discursiva do EZLN. O levante dos camponeses zapatistas também se caracteriza pela capacidade de autonomização, resistência e auto-organização de povoados indígenas em variados municípios do estado de Chiapas. Com efeito, o EZLN se diferencia de outras lutas camponesas latino-americanas no que concerne ao grupo social que constitui sua base, por seu caráter indígena. Descendentes da civilização Maia, são indígenas camponeses, ou seja, por uma tradição cultural de vários séculos praticam a agricultura. Desde o cessar fogo a ênfase da estratégia do EZLN passou do militarismo bélico para a publicação e divulgação de discursos recorrentes endereçados aos mexicanos, governos e povos do mundo. O embate discursivo-ideológico e a difusão de imagens de rostos mascarados com lenços e gorros pela mídia tornaram os zapatistas “celebridades anônimas”. Por outro lado, várias articulações políticas surgiram, como os comunicados, as declarações da Selva Lacandona, a organização de um “zapatismo civil”, iniciado com a Frente Zapatista de Libertação Nacional (FZLN) e retomado na mobilização em torno da Otra Campaña. Ademais ocorreram os encontros internacionais chamados Intergalácticos, que elevaram o zapatismo à condição de grande referência das esquerdas na atualidade. Tendo tudo isto em vista, a questão teórica, que perpassa nossa análise do discurso zapatista, é a de buscar entender como se constituem as ideologias antagônicas (ou dominadas), no interior e em contraposição à ideologia dominante, nos processos históricos de resistência, revolta e revolução. Desse modo, buscamos retomar a proposta de Pêcheux formulada em 'Só há causa daquilo que Falha', a de uma investigação acerca do engendramento e do modo de funcionamento das ideologias antagônicas para além de uma abordagem teoricista ou espontaneísta. Uma vez que as formulações teóricas acerca da imbricação entre discurso e ideologia chegaram a um impasse a respeito das (im)possibilidades de superação da função de reprodução das relações de dominação/exploração socioeconômicas da ideologia dominante pelas ideologias dominadas. Em certo momento da formulação teórica de Pêcheux, a impossibilidade de ruptura em relação à circularidade e à perenização do presente decorreriam de uma simetria entre a ideologia dominada e a ideologia dominante.

A ideologia antagonônica não escaparia à função de reprodução porque seu modo de funcionamento e de interpelação seria símile daquele da ideologia dominante na formação socioeconômica capitalista. Tendo em vista que a pedagogia da ruptura (prática política marxista leninista), antes tida como capaz de uma interpelação às avessas, foi questionada pela sua excessiva inclinação platônica. Ou seja, por sua concepção idealista do primado da teoria sobre a prática que, por sua vez, se baseia no problemático postulado epistemológico de que a teoria seria algo radicalmente exterior e, de algum modo, imune ao funcionamento da Ideologia (em geral). Diante desta problematização Pêcheux efetuou uma retificação teórica que colocou em destaque o que vem a falhar no ritual e na interpelação ideológica, aquilo que no sujeito resiste: seu inconsciente. Contudo, esta retificação, embora avance conceitualmente, é um recuo teórico-político. Uma vez que a teoria do discurso deixou em suspenso as investigações sobre as ideologias antagonônicas e suas possibilidades de intervenção na transformação das relações socioeconômicas. Para retomar esta linha de estudos se faz necessário buscar avançar no entendimento do funcionamento ideológico-discursivo, para além das regularidades próprias à ideologia dominante. Em relação ao discurso EZLN acreditamos que o silêncio zapatista, sua recusa em responder as interpelações discursivas do governo mexicano em determinados momentos históricos-políticos pode ser um indicio de outros modos de funcionamento no que concerne às ideologias antagonônicas da atualidade. Para o analista de discurso, o silêncio produz efeitos de sentido e muitos deles tocam de perto a questão política da reprodução/transformação. Justamente, no presente momento nosso trabalho de tese (ainda em andamento) se concentra no desdobramento de questões teórico-discursivas em torno do silêncio zapatista e seus efeitos políticos. Por conseguinte, nos propomos a discorrer sobre nossas investigações de tese até esta questão ainda inconclusa: a das formas de um determinando silenciar político na contemporaneidade da América Latina.

Sobre o “diferente” no “mesmo”: um movimento inacabado

Marcia Ione Surdi
Unochopecó, Mestranda em Letras/Estudos Linguísticos (UFSM)
Prof.^a Dr. Verli Petri
Orientadora (UFSM)

Essa apresentação explicita um pouco do trabalho de escritura da dissertação intitulada “Gramática normativa: movimentos e funcionamentos do “diferente” no “mesmo”, enquanto movimento de interpretação em pleno funcionamento. O que nos move, e suscita interesse, nesse trabalho são as diferentes possibilidades que o “diferente” tem de emergir no “mesmo”. Investigamos processos de produção de sentidos, partindo do pressuposto de que o “diferente” é o que é diverso, heterogêneo, variado. Quanto ao “mesmo”, referimo-nos à gramática normativa, nosso objeto de estudo, um instrumento que “não admite” a entrada do equívoco, da falha, do deslize. Pelo menos não admite que essa entrada seja “pela porta da frente”. Nossa escolha do objeto de estudo revela um instrumento linguístico da maior importância na consolidação linguístico-gramatical brasileira, na segunda metade do século XX. Este instrumento é designado como Gramática Normativa da Língua Portuguesa, de Rocha Lima, apresentando regras e normas do bem falar e bem escrever, objetivando a um ideal de expressão correta, sem erros, anormalidades ou desvios. Assim, a gramática normativa é um espaço de contenção de sentidos por excelência, pois almeja conter todos os sentidos que as palavras carregam, suas possibilidades de uso, suas possíveis combinações, etc., afastando as possibilidades do equívoco, da falha, do deslize serem

constitutivos da língua, e por conseguinte, da gramática. Há diferentes perspectivas teóricas que já trabalham com a possibilidade do “diferente” fazer parte do “mesmo”, da heterogeneidade ser constitutiva daquilo que aparentemente é da ordem do homogêneo. Dentre estas perspectivas, destacamos a do materialismo histórico que, numa abordagem bem discursivista, tal como é desenvolvida atualmente, ajuda-nos a construir um dispositivo teórico posto em relação com algumas noções próprias aos estudos desenvolvidos sob a égide da História das Ideias Linguísticas. Integram o *corpus* do trabalho as capas e algumas Sequências Discursivas (SDs) selecionadas dos prefácios (e apresentações) da 1ª, 10ª, 15ª e 31ª edições da Gramática Normativa. Interessam-nos as capas, as apresentações e prefácios das gramáticas, as sessões próprias à singularidade da obra, ao que nos remete ao sujeito, ao diferente, enfim, lugares nos quais há movimento entre o mesmo e o diferente na gramática. A fim de desenvolver nosso gesto de interpretação, realizamos dois movimentos de análise. Ao primeiro movimento reservamos um lugar especial para o trabalho com a apresentação gráfico-imagética. Consideramos a imagem um lugar especial, revelando-se como discursividade a ser analisada. Como apresentações gráfico-imagéticas tratamos três capas da Gramática Normativa, em sua 1ª, 15ª e 31ª edições. Duas capas, 1ª e 15ª edições, são constituídas de textos a capa da 1ª edição é constituída de imagens e textos que se atrelam a ela, configurando objeto discursivo possível de análise, mexendo com a questão da memória. Essas capas são tomadas em seus atravessamentos e constituídas por discursos, logo produzem sentidos, sendo o primeiro contato visual que o leitor tem com a obra. Sob essa perspectiva as capas foram tomadas como espaço de pré-faciamento. Importa destacar que para realizar os movimentos de análise mobilizamos as noções de língua, língua imaginária e língua fluida, sujeito, produção de sentidos, gramatização, gramática, designação, norma e anormal, processos parafrásticos e processos polissêmicos, ressonância, entre outras. No segundo movimento de análise, privilegiamos as sequências discursivas selecionadas da *Introdução* da Gramática Normativa, em sua 31ª edição, observando como Rocha Lima concebe o termo *língua* nesse espaço discursivo; verificamos como se dá o funcionamento das noções de língua fluida e língua imaginária; termos e definições que remetem aos sentidos de “norma-mesmo” (unidade, homogeneidade) e “anormal-diferente” (diversidade, heterogeneidade). Da 3ª edição interessou-nos o texto nomeado de *Advertência*, no qual adentramos a estabelecendo as inevitáveis relações com a Nomenclatura Gramatical Brasileira, observando como se davam as tomadas de posição sujeito, que se movimentavam entre o desejo da homogeneização e a inarredável presença do diferente. Encontramo-nos em fase final de escritura do texto dissertativo, podemos dizer que está quase finalizado, um movimento inacabado, pois se é difícil iniciar a escrita de um texto, maior é a dificuldade de se colocar um ponto final. Arriscamo-nos, nossas reflexões são parciais, incompletas, sujeitas a movimentos. Na verdade, não acreditamos na completude da gramática normativa, pois compreendemos que o diferente está nela, desde a capa até a sua constituição interna; assim como a ideia de que a língua não se constitui como um objeto homogêneo e sim como um conjunto em que tem lugar a diversidade/heterogeneidade, o “diferente”; e, apesar de o “diferente” não ser o modelo de língua, não é possível excluí-lo da língua. Mesmo em um instrumento lingüístico que objetiva descrever/prescrever uma unicidade e uma unidade, o heterogêneo emerge, desliza e funciona, logo se movimenta no “mesmo”, uma vez que o “diferente” é constitutivo da língua.

Considerações sobre a produção do conhecimento nos anos 50 a partir de discursos documentais

Caroline Mallmann Schneiders

Este trabalho vincula-se ao nosso estudo de dissertação, no qual temos por interesse a compreensão dos processos histórico-discursivos em torno dos estudos sobre a linguagem no/do Brasil, na década de 50, a partir das formulações de Serafim da Silva Neto. Nesse sentido, a principal questão que se coloca é referente à produção do conhecimento, pois nosso objetivo principal, na dissertação, é analisar como a produção do conhecimento em torno da linguagem vai se alterando/movimentado ou ganhando sentidos outros em decorrência da relação com a exterioridade, e, principalmente, da sua relação com os saberes linguísticos. Entendemos que o contexto sócio-histórico e ideológico é determinante para as condições de produção do discurso, e estas, por sua vez, afetam tanto sujeito da ciência, quanto a produção do conhecimento, sendo, pois, determinados historicamente (Guimarães, 2004). Consideramos, com isso, que o imbricamento entre língua/sujeito/história trata-se de uma relação intrínseca à produção do conhecimento. A partir desse escopo, procuramos, no presente estudo, tecer algumas considerações, ainda em fase inicial, que nos ajudarão a compreender e a refletir sobre essa questão que propomos em nosso projeto de dissertação. Assim sendo, analisaremos, a partir de duas obras de Serafim da Silva Neto: *Introdução ao Estudo da Língua Portuguesa no Brasil*, 1ª edição, de 1950, e *Introdução ao Estudo da Filologia Portuguesa*, 1ª edição, de 1956, como e para que esses discursos documentais apresentam uma articulação com os saberes sobre a Linguística. Essas obras foram delimitadas, pois são representativas para os anos 50, sendo a primeira reconhecida como a melhor obra sobre o português do Brasil, e a segunda considerada como um manual destinado a alunos dos cursos superiores de Letras (Penha, 2002, p. 151-152), apontando, conseqüentemente, para dois momentos do contexto sócio-histórico e ideológico dos estudos sobre a linguagem do período em questão. Esse recorte temporal foi, então, determinado por nós, visto que antecede o reconhecimento institucional da Linguística enquanto disciplina no âmbito acadêmico, situando-se, portanto, às margens, e porque nele ocorre um expressivo avanço nos estudos sobre a língua do/no Brasil. Para tanto, procuramos atentar a essa relação com os saberes linguísticos a partir do horizonte de retrospectão (Auroux, 1992) que as obras apresentam, tomando, especialmente, para a análise, os saberes constitutivos referentes a um estudioso em específico, Ferdinand de Saussure. Logo, buscaremos, por meio da memória discursiva constitutiva desses discursos documentais, compreender como esses saberes estão organizados e os possíveis sentidos em torno dessa relação nesses dois momentos distintos: o início e o final dos anos 50, tendo em vista a edição das obras tomadas como objetos desse estudo. Em vista disso, tomamos como norte a perspectiva da História das Ideias Linguísticas (HIL), vinculando-a aos pressupostos teórico-metodológicos da Análise de Discurso (AD) de orientação francesa, tal como vem sendo concebida no território brasileiro nos dias de hoje. Para nós, essa relação nos indica que é na e pela língua e sob uma perspectiva histórica que conseguiremos evidenciar o processo da constituição dessa historicidade que tomamos com objetivo desse estudo, bem como os sentidos inerentes ao processo da produção do conhecimento. Visamos, portanto, a um estudo sobre a linguagem a partir de um olhar para história, considerando, em especial, o horizonte de retrospectão, a memória sobre o saber que é constitutiva a essas materialidades discursivas e históricas, além das condições de produção desse determinado contexto sócio-histórico, condições essas essências para a constituição e/ou formulação de toda produção do conhecimento. Nesse sentido, buscamos apresentar uma reflexão em torno da articulação entre língua, sujeito e história na produção do conhecimento linguístico através de discursos documentais, sendo um modo de trabalhar a história, mais precisamente, a história das

ideias linguísticas dos anos 50. Acreditamos que essa reflexão inicial será relevante para o início de uma reflexão maior sobre essas questões que propomos, apontando, por conseguinte, para os movimentos e para os efeitos de sentidos inerentes aos estudos sobre a linguagem do/no Brasil nos anos 50.

A constituição do ensino de língua portuguesa na trilha de documentos oficiais do RS: conhecimento e perspectivas

Adriana Fernandes

Mestranda em Letras/Estudos Linguísticos (UFSM)

Prof.^a Dr. Graziela Lucci de Angelo

Orientadora (UFSM)

A escola, enquanto instituição do Estado, é um espaço que determina o modo de produção e/ou reprodução de certos saberes considerados necessários à construção de uma sociedade. Nas últimas décadas, esta instituição tem sido objeto de estudo nas mais diversas áreas e sob diferentes perspectivas. Pesquisas recentes têm levado em conta, dentre outros aspectos, as práticas discursivas dos sujeitos - alunos e professores - que dela fazem parte. No nosso trabalho, em particular, constituímos como objeto de estudo o discurso de documentos oficiais, percebidos como uma ação do Estado e tomado como um importante elemento utilizado na política educacional. No que tange à educação linguística nas escolas brasileiras, as diferentes políticas oficiais de ensino de língua – sobretudo as de âmbito federal – vêm gerando um conjunto de reflexões teóricas, consubstanciadas em documentos e textos oficiais com propostas de ensino, aliadas a ações de intervenção nas práticas pedagógicas. Este grande acervo documenta diferentes momentos da história do ensino da Língua Portuguesa no Brasil. Entretanto, conforme apontam alguns estudiosos da língua, abre-se uma lacuna entre tais propostas e as demandas sociais por uma educação capaz de assegurar os direitos lingüísticos do cidadão e de lhe permitir a construção de sua cidadania. O trabalho a ser desenvolvido tem por objetivo geral conhecer o processo de constituição do ensino de Português no Brasil, optando por uma investigação que toma alguns textos oficiais do RS dirigidos ao ensino de Língua Portuguesa como língua materna, a partir dos anos 1970. Nessa pesquisa, procuraremos especificamente identificar, dentre outras informações, o contexto e as condições de produção em que esses documentos se inserem, depreender suas bases teórico-metodológicas, reconhecer as concepções de língua, linguagem e ensino de língua materna defendidas nos textos, investigar que imagem do professor de Língua Portuguesa é construída pela voz oficial, ou seja, conhecer sua caracterização, bem como observar como os conhecimentos produzidos na academia são apropriados em documentos produzidos com a mediação de instâncias governamentais. É preciso dizer que a construção de um corpus (os documentos oficiais) e a leitura crítica desse material são constituintes da metodologia do estudo. Nessa direção, para este estudo, adotamos como baliza teórica a perspectiva sócio-histórica, de linha bakhtiniana, que toma a interação verbal como o lugar da produção da linguagem e da constituição dos sujeitos. De acordo com essa perspectiva, a interação socioverbal engloba qualquer tipo de comunicação verbal e cada evento interacional é compreendido dentro de um quadro complexo de relações socioculturais, que envolve tanto a situação mais imediata quanto o meio social mais amplo, ambos condicionadores do que se diz e de sua significação. Para essa abordagem, são as relações dialógicas e não os eventos em si, que interessam, concebidas como relações de sentido que decorrem da responsividade, ou seja, da tomada de posição axiológica que faz parte de todo enunciado. No que diz respeito aos sujeitos que participam

dessas relações, estes, ao produzirem linguagem, vão se constituindo ao mesmo tempo que constituem a própria linguagem, entendida como o lugar onde o ideológico se manifesta na palavra. Tais sujeitos são entendidos como indivíduos socialmente organizados, definidos como feixes de relações sociais e são marcados por intensa heterogeneidade. Nesse sentido, consideramos que a análise de textos oficiais voltados ao ensino de Língua Portuguesa, publicados em diferentes épocas, possibilita conhecer o que a instância educacional estadual tem previsto ao longo do tempo em termos do ensino a ser levado nas escolas e quais as relações que se estabelecem entre diferentes momentos históricos em que esses documentos são editados, ou seja, como vão se constituindo no decorrer das últimas décadas. Entendendo que ainda há muito por se conhecer a respeito da constituição do ensino de Língua Portuguesa, é que nos lançamos nesse estudo a fim de analisar documentos voltados ao ensino de língua materna, publicados no Rio Grande do Sul, como forma de ampliar os conhecimentos sobre a história desse ensino, uma vez que a análise de textos oficiais tem-se mostrado como uma rica fonte de informação para se conhecer a composição da história de uma disciplina curricular. As leituras realizadas ainda na graduação e posteriormente amadurecidas no mestrado nos permitem dizer, até o momento, que a construção desses textos procura aproximar o leitor das concepções de linguagem e ensino de língua materna que defendem, e consistem numa tentativa de fazer com que os professores-leitores dos documentos venham a aderir a uma posição discursiva que seu discurso oficial supõe como satisfatória em relação a questões de ensino de Língua Portuguesa.

Unidade didática como gênero do livro didático de português: sua constituição nas décadas de 1960/1970/1980

Joceli Cargnelutti

Mestranda em Letras/Estudos Linguísticos (UFSM, Capes)

Prof.^a Dr. Graziela Lucci de Angelo

Orientadora (UFSM)

Na atualidade tem sido crescente o número de estudos que buscam compreender como determinados saberes se tornaram propriamente escolares. Uma área de conhecimento que têm se dedicado a esse estudo é a História das Disciplinas Escolares, recentemente instaurada no campo da educação, área essa que permite recuperar o processo de instituição e constituição de certos conteúdos em disciplina curricular, identificando e compreendendo sua evolução. A grande parte dos estudos é desenvolvida por professores pesquisadores, de diferentes áreas, interessados em conhecer a história de suas próprias disciplinas para um “melhor entendimento do papel desempenhado pela escola e por outras instâncias sociais na definição daquilo que, ao longo do tempo, tem sido considerado essencial na formação das novas gerações”, segundo Souza Júnior & Galvão (2005, p. 393). Na pesquisa de mestrado, direcionamos nossa atenção para a área de conhecimento *língua portuguesa* buscando conhecer a constituição desse saber em disciplina curricular via livro didático, visto como “fonte privilegiada para a história do ensino que permite identificar ou recuperar saberes e competências considerados formadores em determinados momentos” (Soares, 2002, p. 116). Muitos são os ângulos através dos quais o livro didático tem sido abordado (Soares, 1996), alguns procuram conhecer, por exemplo, qual o papel específico deste instrumento que circula na esfera escolar, a relação que se estabelece entre livro e professor, livro e aluno nesse espaço, dentre outras pesquisas. Diante do interesse de conhecer mais a respeito do livro didático no processo de constituição do ensino de Língua Portuguesa, que ainda está a exigir muitas pesquisas, optamos por utilizar o livro didático de língua portuguesa, olhando

especificamente para a constituição da unidade didática, pesquisa que se justifica pela falta de trabalhos que levem em conta essa temática. Tomando a unidade didática como foco, propomo-nos a investigar em que medida ela pode se constituir em um gênero do discurso organizador do livro didático de Língua Portuguesa de diferentes décadas do século XX, no Brasil; a verificar como a unidade vem se constituindo no livro didático nas décadas de 1960, 1970 e 1980 e conhecer as relações previstas que se estabelecem nessas décadas entre a unidade didática, tal como é proposta pelo livro, e o projetado professor de português. Para tanto, a pesquisa se sustenta na perspectiva teórica sócio-histórica, que olha para a unidade didática a partir de um processo histórico, e o livro didático como um dos instrumentos responsáveis para “assegurar a aquisição dos saberes e competências julgados indispensáveis à inserção das novas gerações na sociedade”, conforme Soares (1996, p. 116). Estudar o livro didático no Brasil sob essa perspectiva é um caminho aberto não só ao conhecimento da constituição da disciplina Língua Portuguesa, em particular, mas também ao de qualquer outra disciplina, ao longo do tempo, sempre determinado e explicado pela evolução de políticas sociais, culturais e educacionais (Soares 1996, p. 116). A partir dessa perspectiva, mobilizaremos a noção de gênero, conforme proposta pelo Círculo de Bakhtin, na tentativa de conhecer em que medida a unidade didática se constitui um gênero organizador do livro didático de língua portuguesa, o que leva a supor a presença de um conteúdo temático, uma forma composicional e um estilo com marcas específicas de linguagem. Esses três elementos, na visão bakhtiniana (1952-53/2006), são essenciais na formação de um gênero do discurso. Para atingirmos os objetivos a que nos propomos alcançar, iniciamos nosso trabalho traçando alguns critérios para seleção dos livros didáticos de Língua Portuguesa que passarão a compor nosso corpus de análise, a saber: a) livros didáticos de 5ª a 8ª séries do Ensino Fundamental; b) uma coleção de cada uma das seguintes décadas – 1960, 1970, 1980; c) livros que possuam certa representatividade nas referidas décadas em que foram publicados e que tenham sido de grande uso pelos professores de língua portuguesa no período; d) livro utilizado pelo professor. A contribuição que buscamos trazer com este trabalho para os estudos da linguagem consiste na possibilidade de refletir e discutir sobre o passado do ensino de língua materna na tentativa de trazermos novos elementos desse passado para auxiliar na formação dos futuros professores de língua portuguesa. O que nos move nesta tarefa é o fato de acreditarmos que a disciplina Língua Portuguesa tem uma história já vivida, e que o conhecimento dessa história pode ser fonte de reflexão e discussão da situação vivida hoje no ensino de língua materna. Quando falamos em unidade didática, objeto de nossa investigação, estamos buscando conhecer seu processo de constituição, via livro didático, como uma possibilidade de conhecer um pouco mais a respeito desse gênero no seu processo de constituição. Tal conhecimento permitirá refletir sobre o processo de sua constituição em diferentes momentos e de sua relação com o fazer docente.

A inscrição material de um nome na história do tempo presente: comunidade e laços sociais

Rejane Maria Arce Vargas
Doutoranda em Letras/Estudos Linguísticos (UFSM, Capes)
Prof.ª Dr. Amanda Eloina Scherer
Orientadora (UFSM)

Em nosso estudo de tese, ora intitulado *Língua em tempos de fluidez*, temos como objeto de análise o nome comunidade tal como este circula na contemporaneidade, mobilizado pela

problemática dos laços sociais (Orlandi), tratada por nós ao imbricamento das noções de político (Rancière) e de filiação de sentidos (Pêcheux, Orlandi). O trabalho organiza-se em torno do enunciado *agora a moda não é mais favela... é comunidade*, tomado como motriz e articulador dos procedimentos de construção de um dispositivo teórico-analítico, e pauta-se nos preceitos da Análise de Discurso de orientação pecheutiana desenvolvida no Brasil. Tal enunciado, recortado de comentário veiculado na mídia radiofônica acerca da nova política habitacional implementada no País, é-nos fundamental na medida em que nos permite complexificar a questão do laço social, colocando em cena o nome no tocante a sua configuração político-discursiva, tendo como cerne a problemática da filiação de sentidos, como compreendida por Orlandi (1996), para quem as filiações impõem um gesto que vise a colocar em pauta os sentidos em seu funcionamento político-ideológico-discursivo, e não a buscar, por meio delas, uma origem (ilusão idílica), mas o jogo que medie o funcionamento da história do presente e que, por sua vez, configure a discursividade, a inscrição material dos sentidos na língua, nos discursos. O corpus de nossa pesquisa tem sido constituído por “flagrantes” (Orlandi, 2001), lembretes, fragmentos da narratividade urbana formulada em meio à fluidez de sentidos tão propalada nos dias atuais, a respeito da qual objetivamos instaurar uma escuta crítica. Do ponto de vista metodológico, objetivamos elaborar um quadro analítico com base em recortes de discursos em circulação, em diferentes materialidades. A noção fundamental, nesse aspecto, é a de Domínio Semântico de Determinação (DSD), tomada tanto em um âmbito textual quanto discursivo. Esta noção tem nos possibilitado circunscrever um trajeto de leitura de discursos ao modo rizomático, em especial em recortes elaborados a partir de buscas e ordenamento textual ‘tecnologizado’, uma vez que o corpus da pesquisa é essencialmente constituído de discursos em circulação na rede mundial de computadores. Cabe ressaltar que, para nós, filiar-se não é identificar-se, não remete aos sujeitos propriamente, pois, à revelia destes, as filiações históricas vão tecendo redes de sentidos e hoje tais vínculos significantes são irremediavelmente atravessados pelos procedimentos de tecnologização da memória social, de modo que a história, manipulada no sentido tecnológico, configura uma historioprodução (produção-manipulação tecnocideológica) dos objetos de sentido. É, portanto, mesmo ao modo de um rizoma (orientado, porém, por princípios sólidos desenvolvidos no campo de saber em que nos situamos) que temos organizado nosso trabalho, procurando alimentar-nos dessa dispersão fugidia em meio à qual comunidade circula, impondo-lhe um sentido diluído, destituído de política, na medida em que tudo a que não se pode dar um nome, tudo o que excede em uma formação social passa a ser designado como ‘comunidade’. Nossa pesquisa encontra-se em estágio de ampliação do corpus e primeiras análises, as quais têm demonstrado que o nome comunidade transita por entre uma discursividade situada na estereotípia preconceituosa, aliada a uma tecnologização das inscrições dos sentidos. Tais análises nos permitiram, até então, formular, inicialmente, a noção de historioprodução, a qual tem como escopo o fundamento de que a história é uma produção dos sujeitos (e não evolução) que, todavia hoje se acha atravessada por procedimentos de caráter tecnocideológicos. Ademais, como temos observado, o exame do caráter fundamental do político da/na língua nos permite antever que ‘comunidade’ apresenta-se como a panaceia para toda ordem de moléstias sociais, e tem servido antes para corporificar perversamente preconceitos, dimensão esta que visamos a tratar em seus limites, pondo em causa a política do nome mediante novas discursividades. Importa, por fim, referir que, ao buscarmos refletir acerca do tempo presente, dos vínculos sociais, pelo viés dos nomes, levamos em conta decisivamente os trabalhos de Guimarães (2007) para quem o real é significado em linguagem via designação. Esse conceito permite trabalharmos o funcionamento linguístico-discursivo de um nome que ora se apresenta como forma de dirimir conflitos, encontrando, em novas materialidades de circulação em larga escala,

formas de pasteurização da diferença, mediante a produção consensual de lugares simbólicos de segregação destinados às comunidades, aos pobres, ou mesmo aos ‘sem-lugar’, ‘sem-nome’, não significados pelo/no discurso da mundialização, na sociodiceia de que fala Bourdieu (2001). Sobretudo, ao esteio do pensamento de Guimarães (2003), compreendemos o mundo recortado historicamente pela via dos nomes, dos nomes com outros nomes, entretecendo relações que têm um funcionamento linguístico específico (DSD) que excede as textualidades, pois recobre as relações históricas de sentidos e define por conseguinte nossa postura teórica diante da linguagem e do mundo.

Nomeação e designação no processo de disciplinarização de uma ciência

Taís da Silva Martins
Doutoranda em Letras/Estudos Linguísticos (UFSM, Capes)
Prof.^a Dr. Amanda Eloina Scherer
Orientadora (UFSM)

Esta comunicação objetiva apresentar trajetos que estamos percorrendo para a escrita de tese intitulada “*Nomeação e designação no processo disciplinarização de uma ciência: a política de um nome*”. Tal trabalho visa à compreensão da constituição do processo de disciplinarização de uma ciência por meio dos movimentos de nomeações e de designações que ocorrem no interior das instituições acadêmicas. Neste momento de nossa pesquisa estamos realizando recortes do arquivo que já possuíamos (constituído durante a escrita de nossa dissertação) para configurarmos um novo corpus – que até o momento está composto por documentos institucionais tais como, programas e bibliografias de disciplinas referentes aos primeiros anos em que nomeações de disciplinas voltadas aos estudos do discurso aparecem nas grades curriculares de duas instituições de ensino superior que, pioneiramente tiveram cursos de doutoramento em seus programas de pós-graduação em Letras, a saber, a Pontifícia Universidade Católica do RS (PUCRS) e a Universidade Federal do RS (UFRGS). Isto, a fim de traçarmos um panorama histórico que constitui, antes de mais nada, ‘redes de memória’ que, quando nos pusemos a ouvir, ‘falamos’ da história. Compreendemos que esse trajeto que realizamos por entre os arquivos, nos permitirá apontar que conceitos, que teóricos, que sujeitos mobilizam e são mobilizados durante a disciplinarização dos estudos do discurso no RS. Acercamo-nos do aparato teórico-metodológico da História das Ideias Linguísticas (HIL), o qual nos possibilita circunscrever um trajeto por entre os arquivos documentais que materializam o percurso dos estudos do discurso no RS. A questão por nós levantada sobre a constituição disciplinar dos estudos do discurso no RS será abarcada por uma questão teórica que diz respeito à constituição disciplinar contemporânea, a qual acreditamos nos permitirá compreender de que forma uma ciência, uma teoria, um campo do saber é disciplinarizado (a). Cabe ressaltar ainda que ao tratarmos da problemática da disciplinarização, temos como pressuposto teórico as reflexões de Chiss e Puech (1999), que consideram que a noção de disciplina não possui no campo da historiografia e da epistemologia dos conhecimentos o mesmo prestígio que uma teoria, um saber ou uma ciência, já que estas noções fazem parte de uma “metalinguagem historicamente construída”, seus conhecimentos são avaliados através de critérios já postos, por meio de modelos anteriormente pré-estabelecidos. Propomos, para trabalharmos com esta questão disciplinar, analisar a constituição política do jogo das nomeações e renomeações que permeiam o processo de disciplinarização dos estudos do discurso no RS. Nomeações que, para nós, levam a designações, mas não como conceitos sinônimos. Com isso, consideramos que diferentes designações podem estar carregadas com um mesmo sentido ou com

sentidos diferentes, o que não modifica o objeto e sim as formas de apresentação (e de representação) desse objeto. E, que o movimento de nomeação e renomeação de uma disciplina faz parte de uma política que busca renomear para poder designar de outra forma. Ao renomear os conceitos mobilizados também são outros. Essas renomeações podem levar a uma nova designação. A importância de conhecermos este processo de nomeação/designação destas disciplinas nos programas de pós-graduação do RS se dá também porque entendemos que é a partir destas (re) nomeações que ocorre a disciplinarização.

Língua patrimônio, língua objeto de museu

Larissa Montagner Cervo
Doutoranda em Letras/Estudos Linguísticos (UFSM, Capes)
Prof.^a Dr. Amanda Eloina Scherer
Orientadora (UFSM)

Nesta comunicação, objetivamos apresentar um esboço do nosso projeto de tese, Minha língua, patrimônio nosso, o qual versa sobre a língua como um patrimônio. Tal temática interessa-nos especialmente em virtude da condição da língua portuguesa como objeto museal no Brasil, em face do Museu da Língua Portuguesa. Para nossa reflexão, temos partido de um primeiro ponto que é a ideia de patrimônio enquanto bem comumente reconhecido e comemorado por uma comunidade, prerrogativa tal que lhe garante características como preservação e continuidade, ou seja, o patrimônio constitui-se num jogo em que a memória significa em conjunto com a história por meio de filiações a grupos em relação aos quais esse patrimônio se identifica e por eles é identificado, processo tal que envolve sobremaneira um gesto de comemoração, que Venturini (2008) explica como fazer crer em processos de identificação que podem intervir no cenário urbano. Entretanto, no caso da língua, entendemos que a relação com o patrimônio é produzida em condições de produção singulares, ainda mais em se tratando da condição de objeto de museu. Isso porque, além da questão de 'como' guardar este bem dito da ordem do imaterial (Unesco, 2003), entendemos que o 'acervo' é de veras dinâmico, que se atualiza diariamente, a cada visita, porque cada entrada no museu é uma proposta de movimentar o cenário que narra a língua na/por ela mesma. Isso porque a língua só se constitui na relação com o sujeito e pela inscrição na história, de modo que narrar a história e a memória da língua em um museu requer narrar a história e a memória do sujeito, conjugação e identificação essas sem as quais o patrimônio não passa de mero texto jurídico. Porém, em se tratando de uma língua nacional, como o é a língua portuguesa, a memória e a história do privado, do sujeito, passam à ordem do público, porque cada um e todos têm uma relação com a língua. Nesse sentido, a memória e a história envolvidas são também coletivas e sociais: é preciso inscrever-se nelas de modo a produzir *um acordo de olhares*, ponto de vista que tomamos parafraseando Davallon (1999). É por essa aliança estabelecida entre história, memória e, por que não, cultura, explorada estratégica e vultosamente via a materialidade da língua e a sua plasticidade, que o museu promove o patrimônio fazendo emergir questões políticas que potencializam a língua portuguesa como a língua do brasileiro, via uma demanda de se reconhecer/conhecer a língua para, enfim, comemorá-la e celebrá-la. Há nesse gesto um confronto à história e à memória do Brasil, o qual é atravessado/produzido/significado por uma falta, um devir que constitui essa nossa brasilidade e que nos coloca diante da necessidade de nós, brasileiros, revermos a *nossa* relação com a língua nacional, uma língua simbólica e politicamente basilar na nossa cidadania e que não necessariamente representa a

diversidade linguística presente no território nacional tampouco é a língua materna de muitos. Esses são alguns dos motes que nos instigam a refletir sobre a língua constituída como um patrimônio e que conduzem nosso olhar inevitavelmente para a relação nação x língua x Estado e, ao mesmo tempo, língua imaginária x língua fluida (cf. Orlandi, 2002). Ainda, na relação do sujeito com a língua, de todo modo, a nossa forma-sujeito histórica, constitutivamente urbana (Orlandi, 2004) e que muito nos diz também sobre política de língua. A posição teórico-metodológica que assumimos é a da Análise de Discurso de vertente francesa, postulada por Michel Pêcheux e desenvolvida no Brasil por Eni Orlandi e demais pesquisadores. Para nossa reflexão, temos mobilizado questões relacionadas basilamente à memória, ao sujeito e à língua, no ‘atravessamento’ do político e do ideológico, em textos jurídicos e de divulgação, entre outras materialidades recorrentes à temática em voga.

As noções de língua e de sujeito que emergem nos *folders* dos cursos livres de idiomas

Ivanise Jurach
Mestranda em Letras/Estudos Linguísticos (UFSM)
Prof.^a Dr. Verli Petri
Orientadora (UFSM)

O presente trabalho destaca elementos que estão sendo explorados em nosso trabalho de dissertação, intitulado “A representação do sujeito aprendiz de língua estrangeira em instrumentos linguísticos de efeito midiático”. Para esta comunicação, apresentamos as primeiras reflexões acerca das noções de língua e de sujeito presentes em imagens e/ou enunciados dos *folders* dos cursos livres de idiomas na cidade de Santa Maria, RS. Para isso, pesquisamos os processos de produção de sentidos sobre a importância da língua, tal como isso aparece nos recursos midiáticos dos quais se utilizam os cursos de línguas estrangeiras. Investigamos as imagens e enunciados que estão presentes nos *folders* de propaganda, pois observamos que eles são plenos em sentidos, constituindo uma materialidade discursiva que é imagética e linguística. Se, por um lado, as imagens e os enunciados denunciariam o processo de intensificação de sentidos numa direção argumentativa e não em outra; por outro lado, nos deparamos com casos em que o jogo de palavras produz um efeito de sentido diferente do que propõe a leitura das imagens. São estas evidências e contradições constitutivas da produção de sentidos que nos interessam. Desse modo, organizamos um arquivo de pesquisa composto por 24 *folders*, de 10 diferentes cursos de idiomas, dos quais, elegemos apenas 4 para realizar análises. Tendo em vista os recursos que eles utilizam para chamar atenção do seu interlocutor, que se destacam pela maneira como são elaborados, pois mesmo que as imagens possam ser diferentes umas das outras, parecem que os enunciados aproximam-se de um mesmo sujeito. São estes 4 *folders* que constituem o *corpus* de nosso trabalho. Também pretendemos compreender a materialidade discursiva que perpassa essas imagens e/ou enunciados e a memória discursiva que eles/elas carregam. Nesse sentido, é necessário abordar a noção de língua vinculada à de sujeito e à de historicidade que lhes é constitutiva. Pois, no caso destes cursos, eles operam com o imaginário social do aprendiz de línguas estrangeiras, sendo este imaginário que determina o lugar que ocupa uma língua estrangeira numa esfera social, funcionando assim, a ideologia dominante e as formações imaginárias construídas histórica e discursivamente, o que vêm regular os processos de tomadas de posição do sujeito. A pergunta que propomos é quais são as formações ideológicas que trabalham na constituição do sujeito aprendiz de línguas?

Que noção de língua funciona neste processo de produção de sentidos? De que modo funcionam as políticas de línguas no espaço midiático que estamos estudando? Temos como suporte teórico a Análise de Discurso (AD) de linha francesa, o que nos possibilita o processo de análise dessas imagens e/ou enunciados. Apresentamos resultados iniciais de pesquisa, pois ainda estamos em fase de desenvolvimento da dissertação. Em um primeiro momento, agrupamos o *corpus* em dois recortes discursivos diferentes, um deles pretende investigar a palavra “escolha”, a qual está associada a imagens diferentes, porém, os efeitos de sentido que emergem a partir dela, abordam uma concepção de língua muito semelhante, dando ênfase a um único “idioma”. Assim, compreendemos que há uma ideologia dominante regulando a produção deste material, o qual deve destacar um determinado “idioma” e não outro. O sujeito aprendiz, então, ao visualizar tanto as imagens quanto os enunciados que neles estão circulando, é tomado por uma concepção de língua determinada a partir desta ideologia. Enquanto que o segundo recorte propõe analisar de que modo uma determinada língua estrangeira está sendo abordada no sentido de uma universalização linguística, ou seja, o modo pelo qual estas imagens e enunciados operam com a noção de memória a ponto de recuperar o desejo de instituir uma única língua para o mundo.

Uma análise do/sobre o discurso dos principais candidatos à prefeitura municipal do Rio Grande (PT/PMDB) no período pré/pós-eleições

Luana de Gusmão Silveira
Mestranda em Teorias do Texto e do Discurso (UFRGS)

Esta pesquisa filia-se à perspectiva teórica da Análise do Discurso de linha francesa, e conforme os pressupostos do filósofo francês Michel Pêcheux, tal teoria contempla o histórico e o ideológico como constitutivos da materialidade linguística. Ao estabelecer a teoria da análise do discurso, e nela distinguir os três níveis - o linguístico, o discursivo e o ideológico, Pêcheux deixa claro que a AD, que tem como objeto a análise não-subjetiva do sentido, passa por uma fase de análise linguística e que nos permite trabalhar em busca dos processos de produção do sentido e de suas determinações histórico-sociais. Dessa forma, instaura-se a possibilidade de assimetria entre os sentidos atribuídos a uma mesma materialidade discursiva. É, portanto, na AD que o presente trabalho se ancora. Com base em tais pressupostos, elegemos como ponto central da pesquisa o discurso político do/sobre os principais candidatos à Prefeitura Municipal do Rio Grande/RS, no ano de 2008. A escolha dos partidos deve-se a uma disputa acirrada entre a coligação “O progresso continua” composta pelo PSDB, PPS, PTB, PSB, PDT, PP, PRB, PR, PSC, PHS e PMDB – cujo candidato a prefeito é Fábio Branco, do PMDB, e membro de uma família que vem se perpetuando no poder municipal nos últimos doze anos – e o candidato da coligação “Frente Popular” composta pelo PT, PC do B, PTC, PCB – tendo como representante o candidato Dirceu Lopes, do PT, o qual instaura um embate, uma oposição, com o poder consolidado. Ao iniciarmos este projeto de pesquisa “dos” e “sobre” os principais candidatos à prefeitura municipal do Rio Grande, partimos de pressupostos como, por exemplo, de que o discurso “sobre”, seguindo as reflexões de Eni Orlandi, é uma das formas cruciais de institucionalização dos sentidos, e é também um lugar importante para organizar as diferentes vozes dos discursos *de*. Com isto, acreditamos que o discurso político produzido na cidade, em questão, a qual está sob a administração de uma mesma família há mais de doze anos, possa ser objeto de análise e pesquisa. Tal trajetória de permanência no poder pode ser ilustrada da seguinte forma: Wilson Branco (1997); Fábio Branco (2001);

Janir Branco (2005); Fábio Branco (2009). É importante ressaltar que no ano 2008, este ciclo familiar ficou “fragilizado” com a candidatura de Dirceu Lopes do PT. O que motiva esta pesquisa, portanto, é o desejo de aprofundar questões teóricas sobre a Análise do Discurso e o de, pelo exame de um tipo específico de discurso, estabelecer relações entre a teoria e a prática analítica. Pretendemos, assim, verificar os efeitos de sentido produzidos no discurso em questão, e buscar por meio da materialidade lingüística, as marcas que produzem e revelam o sujeito político desse discurso, pois é preciso ressaltar que o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia e é assim que a língua faz sentido. Desta forma, o sujeito, na perspectiva da AD, não é um sujeito-em-si, livre de toda determinação, mas é um sujeito socialmente (culturalmente, historicamente) constituído (determinado). Assim, o sentido de uma seqüência, produzida por um sujeito, só é materialmente concebível na medida em que esta seqüência é concebida como pertencente a esta ou àquela formação discursiva. Além disso, acreditamos que uma pesquisa como a que realizamos e que analisa os meandros de uma campanha política e o discurso político dos seus principais representantes, seja de interesse para o conhecimento da realidade social da cidade em questão. O corpus de análise, neste estudo, será o discurso produzido pelos candidatos, o que constituirá o discurso “de”, através da gravação de programas de propaganda eleitoral gratuita, dos debates e entrevistas concedidas pelos candidatos. O discurso “sobre”, por sua vez, será obtido pela coleta de entrevistas com a população riograndina e do material distribuído pelos partidos no período da campanha eleitoral.

Memória: ditos que ressoam em outro lugar

Vanessa Diâniifer Lopes Paula

Mestranda em Letras/Estudos Linguísticos (UFSM)

Prof.^a Dr. Verli Petri

Orientadora (UFSM)

Em consonância à nossa dissertação sob o título *Imagem e discursividade na constituição do sujeito: possíveis relações* (2009), procuraremos, na presente comunicação, à luz das formulações de Courtine sobre memória, tecer uma breve reflexão acerca de como a memória emerge em algumas imagens publicadas pela mídia impressa, as quais trazem consigo a letra “P” duplicada, nas cores verde e amarela, em palavras que referendam nomes de governantes federal e estadual, como o de Luiz Inácio Lula da Silva e de Yeda Crusius, respectivamente. Tais enunciados discursivos apresentam-se não mais significando enquanto letra, mas sim como uma imagem plena em efeitos de sentidos, recuperando elementos político-sociais instituídos na era “Collor de Mello”, constitutivos da memória histórica do Brasil e do povo brasileiro. Isso é da ordem do já-dito que ressoa, que sempre pode retornar, advindo de um outro lugar, do não-presente, mas que produz efeitos de como se assim o fosse. A memória, dessa forma, vem promover a atualização, remontando um presente-passado nas atuais conjunturas políticas. Na presente comunicação, nos referimos à memória, entendida em Análise do Discurso, como sendo constitutiva do social, e não do individual, resultante de entrecruzamentos, os quais possibilitam que os sentidos se (re) signifiquem. Assim, os enunciados discursivos, constitutivos da duplicação da letra “P”, inscrevem-se numa longa rede de formulações as quais antecedem aos governos destes políticos. Tal rede de formulações se inscreve em uma memória social, junto à conjuntura histórica e política do Brasil, que reúne enunciados das manifestações dos jovens “caras-pintadas”, pelas ruas do Brasil, que pediam o impeachment do presidente Fernando Collor de Melo, em 1992. Ou seja, os enunciados outrora ditos em outro lugar continuam ressoando, pelo viés do

interdiscurso, produzindo um *efeito de sentido* (cf. COURTINE, 1981). E é este *efeito de memória* que se faz presente no momento em que a letra “I” duplicada aparece em algum nome ou palavra, nas cores verde e amarelo. Tais efeitos suscitados por essas imagens, juntamente com suas cores, atualiza a discussão trazida no livro *Papel da Memória*, sobre a memória, principalmente no que toca os textos de Jean Davallon e Michel Pêcheux, pois ambos abordam a imagem como sendo um operador de uma memória social. É a memória que garante a atribuição de sentidos que, até então, tenta-se aludir. O que acontece numa sociedade, num país, numa família, ou com o sujeito, de forma individual, pode ser (re) lembrado através da memória, retomado, revivido. A memória social, parafraseando Davallon (2007), parece encontrar-se numa relação inteira e naturalmente presente nos arquivos das mídias, o que não se pode negar, uma vez que, para a seleção do *corpus*, e escolha das fotografias, optamos pelos materiais impressos da mídia. Já que as condições de produção apresentadas são diferentes, é mister ressaltar que quando um acontecimento ou um evento é lembrado pela sociedade, não basta só ser lembrado, mas sim, que venha a apresentar a mesma vivacidade que outrora já teve, que ele seja reconstruído a partir das noções da época em que aconteceu, mas sempre trazendo consigo um sentido novo e diferente. Vale dizer que a língua transforma-se com a possibilidade de ocupar um novo estatuto, o de não ser somente língua (no sentido de letra e de possibilidade comunicacional), mas de ter imbricado nela mesma uma imagem marcada pela história e revelada por uma memória. Assim, podemos dizer que, em estudos que continuam, em nossa dissertação, os elementos enunciativos/discursivos (imagens e escritos) podem sempre suscitar memórias, discursos outros, produzindo efeitos de sentidos que se inscrevem no interdiscurso, bem como atravessam o tempo, reiterando o já-dito e promovendo a emergência do novo no e pelo dizer.

Línguas-culturas e retórica: o caso das produções dissertativo-argumentativas na esfera escolar

Débora Raquel Massmann Eleodoro
Doutoranda em Letras (USP)
Prof.ª Dr. Véronique Dahlet
Orientadora (USP)

Analisar o modo como diferentes línguas-culturas organizam retoricamente os seus discursos significa inscrever-se em um espaço teórico-metodológico cujas fronteiras são de difícil delimitação. Ao se interessar pela relação que se estabelece entre línguas-culturas e retórica, este trabalho aproxima domínios disciplinares heterogêneos, como, o ensino-aprendizagem de línguas, a neo-retórica e a cultura escolar, por exemplo. Inserida no entremeio destas disciplinas, esta pesquisa investiga a organização retórica de dois sistemas linguístico-culturais distintos que são a língua portuguesa do Brasil e língua francesa. O estudo da organização retórica de línguas-culturas em contato conduz, necessariamente, ao entrecruzamento de duas perspectivas retóricas distintas: a retórica escolar e a retórica cultural. A primeira refere-se aos procedimentos, às técnicas, aos roteiros e aos modos de organização retórica ensinados e aplicados no ensino-aprendizagem de línguas na esfera escolar. Já a segunda diz respeito ao conjunto de conhecimentos linguístico-discursivos referentes a modelos e/ou a modos de organização retórica específicos de cada língua-cultura, isto é, de cada comunidade linguística. Estou trabalhando com a hipótese de que, em sistemas linguístico-culturais distintos, os atos de fala, como, por exemplo, criticar, persuadir e argumentar podem ser semelhantes; no entanto, a maneira como eles são

expressos na superfície discursiva pode variar de uma língua-cultura para outra. Essa variação parece estar relacionada ao que se chama de retórica cultural. As redações escolares parecem criar as condições necessárias para se analisar o entrecruzamento entre a retórica escolar e a retórica cultural à medida que mobilizam roteiros de planificação textual e de planificação interfrasal, orientados para o desenvolvimento de produções dissertativo-argumentativas na esfera escolar, que remetem a saberes enciclopédicos adquiridos paralelamente aos saberes escolares dentro de uma determinada língua-cultura. Para desenvolver esta pesquisa, constituiu-se um *corpus* de pesquisa com 150 produções dissertativo-argumentativas elaboradas por alunos do Ensino Médio do Liceu Pasteur, escola franco-brasileira. Essa instituição de ensino, localizada na cidade de São Paulo, está dividida em duas unidades – rua Mayrink e rua Vergueiro – que permite acessar universos linguísticos distintos. A unidade Mayrink¹ apresenta-se como uma escola brasileira, embasada nos parâmetros do Ministério da Educação e Cultura (MEC) do Brasil. Nela, um programa de ensino bilíngue franco-brasileiro é disponibilizado aos alunos: na grade curricular, o português aparece como língua materna empregada desde a Educação Infantil até o Ensino Médio; já o francês é ministrado como língua estrangeira desde a pré-escola até o primeiro ano do Ensino Médio. Outras línguas estrangeiras também são oferecidas, como é o caso, por exemplo, do inglês e do espanhol. Já a unidade Vergueiro² apresenta-se também como uma escola franco-brasileira. No entanto, seu programa curricular está fundamentado no Ministério Francês de Educação Nacional (*Ministère Français de l'Éducation Nationale*). Isso quer dizer que existem algumas diferenças em relação ao Liceu Pasteur Mayrink, principalmente, no que concerne às disciplinas ministradas. Além da grade curricular do programa de ensino de francês, o Liceu Pasteur Vergueiro também oferece um programa de disciplinas do sistema educacional brasileiro (português, história, geografia, trabalhados sob a perspectiva brasileira). Isso acontece porque essa instituição tem por objetivo preparar seus alunos para ingressar tanto em universidades francesas e européias como em universidades brasileiras. Assim, as opções linguísticas oferecidas devem ser diversificadas. De acordo com o regulamento da instituição, ao final de sua escolarização, o aluno deve ter estudado, obrigatoriamente, quatro línguas modernas, que devem ser escolhidas dentre francês, português, espanhol, inglês e alemão. Em cada língua, o aluno deve ter domínio da ortografia, da gramática, da literatura e da “civilização”. Diante da estrutura de ensino destas duas unidades do Liceu Pasteur, foi possível organizar um *corpus* de pesquisa heterogêneo, com textos em língua francesa e em língua portuguesa, conforme exigências deste estudo. Fundamentado teórica e metodologicamente em Charaudeau (1992), Perelman e Olbrechts-Tyteca (2002) e Amossy (2006) principalmente, esse *corpus* foi analisado com o objetivo de descrever e explicar as semelhanças e as diferenças retóricas das duas línguas-culturas em questão, e de depreender o *ethos* do enunciator escolar, isto é, a imagem de si que é construída e apresentada no e pelo discurso. As análises realizadas parecem confirmar essa hipótese. Acredito que a variação no modo como cada sistema linguístico-cultural representa seus atos de fala esteja relacionada às questões intrínsecas de cada língua-cultura, como, por exemplo, a sua retórica cultural. Os resultados obtidos mostram que cada sistema linguístico emprega e articula de forma distinta, os componentes da argumentação conforme suas necessidades e suas especificidades retóricas, discursivas e culturais, ou seja, conforme o sistema retórico escolar considerado. Pode-se dizer, então, que cada língua é depositária de uma retórica cultural. Essa retórica cultural está relacionada

¹ Disponível em: <<http://www.liceupasteur.com.br>>. Acesso em: 28.fev.2008.

² Disponível em: <<http://www.flp-sp.com.br>>. Acesso em: 28.fev.2008.

às visões de mundo de cada comunidade linguística e às suas especificidades culturais, as quais remetem a um modo de ser e de estar no mundo, a um modo de perceber e de (re)produzir o mundo *no* e *pelo* discurso. Além disso, analisando o *ethos* do enunciador escolar, que se encontra em uma situação de biculturalidade, verificou-se que a imagem, construída e apresentada nos textos dissertativo-argumentativos em língua portuguesa e em língua francesa, foi muito similar. As semelhanças observadas indicam que, na esfera ocidental, parece haver uma imagem ideal homogênea para o enunciador escolar.

A arte de William Blake: intertextualidade e intermedialidade no exercício da tradução literária

Enéias Farias Tavares

Doutorando em Letras/Estudos Literários (UFSM, Capes)

Prof. Dr. Lawrence Flores Pereira

Orientador (UFSM)

O objetivo deste trabalho é apresentar o projeto de tese intitulado “A arte de William Blake: intertextualidade e intermedialidade no exercício da tradução literária”. Nossa proposta inicial é apresentar um estudo que perceba as relações temáticas, estilísticas e poéticas entre a pintura e a poesia do artista inglês, além de ofertar uma possibilidade de tradução literária para alguns de seus livros, muitos dos quais ainda não vertidos para o português brasileiro. Entre esses, *América uma profecia*, *Europa uma profecia*, *A canção de Los* e os livros de *Urizen*, *Los* e *Abania*. Como hipótese inicial, acreditamos que a observação das ilustrações dos livros iluminados de Blake – observação norteada pelos apontamentos de David Erdman, Saree Makdisi, David Bindman, Alcides Cardoso dos Santos e Andrea Lima Alves, entre outros – possa contribuir e até mesmo alterar nossa atividade tradutória na medida em que a arte composta do autor sustém uma relação dialógica entre texto e imagem. Sob a ótica textual, primeiramente é necessário perceber como Blake se insere na tradição literária de seu tempo, sobretudo pela leitura de textos literários, como o bíblico, o de Spencer e o de Milton; textos filosóficos, como os de Ficino, Locke e Berkeley; textos místicos ou visionários, como os de Paracelsus, Boehme e Swedenborg. Em vista desse quadro de relações textuais na obra de Blake, a primeira instância dessa pesquisa, privilegiará o que compreendemos por relação dialógica entre textos, ou intertextualidade, na acepção de Kristeva. Tal relação, sobretudo em Blake, não é perpassada apenas pelo eixo da influência literária, mas recebe o estatuto de embate intelectual e temático, estilístico muitas vezes, na oposição que o poeta apresenta entre as idéias desses autores e as suas. Famosa é a crítica de Blake dedica a Milton e Swedenborg em *Matrimônio do céu e do inferno*, até então suas principais influências no campo de reflexão e composição poética e espiritual. Do ponto de vista imagético, observaremos como Blake alterou uma representação pictórica canônica nas figuras de artistas renascentistas italianos como Michelangelo e Rafael, e de seu contemporâneo Henry Fuseli, tendo por objetivo o aprofundamento de uma mitologia própria. O artista, longe de apenas imitar ou copiar a temática ou o estilo desses pintores, apropriou-se de muitas das idéias e tropos visuais desses mestres, porém investindo-as de vitalidade e tonalidades pictóricas próprias. Nesse aspecto, além de casar artes opostas, como poesia e pintura, Blake foi pioneiro em unir a tradicional arte renascentista com o ímpeto de inovação que mais tarde marcaria o Romantismo como um todo. Nossa metodologia prevê três abordagens de estudo: uma contemplação histórica do período e dos dados biográficos do autor; uma fundamentação crítica e teórica que demonstre em que medida sua obra problematiza tanto o pensamento sistemático religioso anterior ao seu

tempo quanto a ênfase racionalista do iluminismo do século XVIII; por fim, um trabalho de tradução poética de obras que ainda não foram vertidas para o português brasileiro, sendo que essa última parte do trabalho comporá os apêndices da tese. Como princípio metodológico da tradução, demonstraremos como as gravuras que acompanham o texto de Blake modificam nossa compreensão do texto fonte e de que modo alteram a versão final desses livros. Sobre os dois conceitos que perpassam nossa hipótese inicial, podemos afirmar que intertextualmente, Blake propõe um diálogo com a poesia judaica e com a arte Greco-latina, com os sistemas cristãos e com os conceitos filosóficos de seu tempo, além de convergirem nele uma série de personagens, mitos e estórias literárias que formaram a consciência artística da cultura ocidental. Por outro lado, quando visto sob a ótica da intermedialidade, encontra-se no artista inglês um poeta pintor ou um pintor poeta e em seus livros iluminadas, uma obra híbrida que é tanto livro ilustrado quanto pintura textual, uma mescla de gravação manual, impressão mecânica e pintura tradicional. O desafio é convergir essas múltiplas relações inter-textos e inter-mídias numa tradução também múltipla de sentidos. Como objetivo posterior, almeja-se a publicação da tradução com a reprodução das lâminas originais, nos modelos de edição americano e inglês. Conhecer a obra de Blake, seja em forma impressa nas edições da *Thames & Hudson* ou em formato digital ao acessar o *Blake Archive* na internet, ainda é, passados duzentos anos de sua produção, uma experiência de apreensão artística inusitada e enriquecedora. Acreditamos que a pertinência de nosso trabalho esteja tanto em aprofundar os estudos de Blake no Brasil quanto em ofertar ao público de nosso país o acesso à arte original de Blake, como já está acontecendo em outros países, como Portugal, por exemplo, em que as traduções de Blake feitas por Manuel Portela são acompanhadas das imagens originais do artista. Para esta comunicação, pretendemos apresentar um exemplo dessa relação entre texto e imagem e como tal leitura modifica o exercício tradutório. Para tanto, usaremos as lâminas seis, oito e dez de *America una profecía*, livro que Blake compôs em 1794.

Moderna Gramática Portuguesa: por uma relação entre gramatização e instituição da linguística no movimento editorial brasileiro

Juciele Pereira Dias
Doutoranda em Letras/Estudos Linguísticos (UFSM, Capes)
Amanda Eloina Scherer
Orientadora (UFSM)

Nossa comunicação tem como finalidade apresentar o andamento do projeto de tese intitulado A escolarização da gramática da língua portuguesa do/no Brasil: Por uma relação entre instituições e saberes linguísticos em circulação. Este, que foi iniciado em março deste ano, volta-se agora para o movimento editorial do compêndio gramatical **Moderna Gramática Portuguesa**, de Evanildo Bechara, estando fundamentado pela perspectiva teórico-metodológica da História das Ideias Linguísticas no Brasil. Considerando que a obra foi publicada em 1961, pretendemos, em um primeiro momento, focar nossas leituras para fatos e acontecimentos constituintes da década de 60, tendo em vista o período compreendido entre os anos de 1959 (ano em que foi decretada a Nomenclatura Gramatical Brasileira – NGB) e de 2009 (ano da última atualização do compêndio gramatical de acordo com o novo Acordo Ortográfico). Nossa metodologia está dividida em duas partes que se desenrolam articuladas: a primeira é a realização de leituras teóricas sobre conceitos que perpassam a História das Ideias Linguísticas e a Análise de Discurso Brasileira, bem como de trabalhos publicados com as temáticas da Gramatização Brasileira e da institucionalização

da Linguística; já a segunda é um levantamento de dados das edições e reimpressões do compêndio gramatical (títulos, subtítulos, anos, cidades, editoras, etc.) e de fatos e acontecimentos constitutivos do seu movimento editorial. No desenrolar das etapas de nosso estudo teórico-analítico, com base nas leituras de Eni Orlandi (2002, 2007, 2009), Eduardo Guimarães (1996) e Luiz Francisco Dias (2006), fomos levados a observar que o movimento editorial do compêndio gramatical de Bechara não começa com a efetiva publicação de *Moderna Gramática*, mas tem como horizonte de retrospectiva uma adaptação do compêndio gramatical Gramática Expositiva, de Eduardo Carlos Pereira e, por conseguinte, uma relação com a fundação da Gramatização Brasileira. Esta, iniciada no final do século XIX, a partir de publicações como Gramática da Língua Portuguesa, de Julio Ribeiro, segundo Orlandi (2002, 2007), constitui um acontecimento discursivo presentificado na passagem discursiva de dois enunciados: “Língua Portuguesa *do* Brasil / Língua Portuguesa *em* Brasil”, quando se passa a produzir um conhecimento *de* nossa língua *em* nossa língua e *em* nosso país, embora tendo sido impressas fora do país. Posteriormente, em 1918, a editora Monteiro Lobato e Cia inaugura a impressão de livros no território brasileiro. A fundação de uma editora independente da tecnologia portuguesa possibilitou a expansão do mercado editorial brasileiro, mas poucos anos depois a empresa deu lugar à Companhia Editora Nacional, resultante de uma sociedade entre o escritor Monteiro Lobato e seu sócio Octalles Marcondes Ferreira. A fundação de uma editora brasileira foi significativa nas primeiras décadas do século XX, quando passa a haver uma profusão de compêndios gramaticais, fato que pode ser associado à maturidade da escola brasileira e à fundação das primeiras universidades na década de 30. Tanto os compêndios gramaticais de Eduardo Carlos Pereira (Gramática Expositiva: curso elementar, Gramática Expositiva: curso superior e Gramática Histórica), quanto o compêndio gramatical de Evanildo Bechara (Moderna Gramática Portuguesa) foram editados pela Companhia Editora Nacional. A singularidade estabelecida pela relação entre os compêndios gramaticais dos dois autores trata-se de uma questão de autoria. De acordo com Orlandi, o processo de ruptura que instaura uma nova autoria se dá por uma relação com a Linguística, que está na base da “adaptação” feita por Bechara. O que buscamos salientar em relação ao fato da “adaptação” é o movimento de edição, pontuando dois momentos: 1) a passagem de **Gramática Expositiva** para **Moderna Gramática Portuguesa**, bem como 2) as primeiras edições de **Moderna Gramática Portuguesa** em relação à 37ª edição (1999-2009) de **Moderna Gramática Portuguesa** do mesmo autor.

O Brasil e sua brasilidade na mídia

Tania Regina Martins Machado

Mestranda em Letras/Estudos Linguísticos (UFSM)

Prof.^a Dr. Eliana Rosa Sturza

Orientadora (UFSM)

Trazemos para a reflexão sobre o Brasil e sua ‘brasilidade’ a leitura e a compreensão de como e quais efeitos de sentido se dão a partir do ‘discurso de brasilidade’ veiculado pelo exame CELPE-Bras. Considerando-se que se trata de um instrumento de avaliação, observamos que o CELPE-Bras nos traz uma ‘Política de Língua’ que tem suas bases na abordagem Comunicativa e que acarreta o direcionamento no ensino/aprendizagem de Português Língua Estrangeira. Pois, acaba influenciando no planejamento de cursos de Português Língua Estrangeira, na produção de materiais, nos procedimentos metodológicos e também na avaliação. Mas, sobretudo, é importante lembrar que a constituição deste

exame se dá com a exploração de imagens do Brasil, que remetem ao ‘discurso de brasilidade’, que é um discurso sobre a nossa origem, ou seja, discursiviza a forma como vamos formando, significando o jeito de ser brasileiro. Neste discurso particular percebe-se a formatação da identidade do brasileiro, identificação construída a partir de discursos sobre o Brasil, sobre sua constituição multiétnica, sobre sua cultura, etc., que resulta em modo exótico de ver o brasileiro. Ou seja, o ‘discurso de brasilidade’ se dá pela apropriação do discurso do europeu sobre o brasileiro, que o Brasil, mais uma vez, toma como seu, identificando-se na imagem que o outro lhe dá. Para refletirmos sobre a configuração deste exame não podemos deixar de considerar que se trata de uma avaliação elaborada por uma instituição que cria um ‘instrumento linguístico’ para avaliar a proficiência de estrangeiros no Português brasileiro, o MEC (Ministério da Educação e Cultura) é o representante do Estado brasileiro. Em nosso trabalho é fundamental a visão do CELPE-Bras como produto tecnológico a serviço da expansão do Português brasileiro. Isto porque ele veicula um saber sobre a Língua Portuguesa do Brasil. Nele é desenvolvida uma metalinguagem para a apropriação do Português como Língua Estrangeira, mas da variedade do Brasil. Percebemos, também, que este instrumento linguístico é também instrumento de uma ‘política linguística’ do Estado brasileiro. Nele é criada uma metalinguagem para avaliar o domínio do Português do Brasil, mas, no obstante, se presta para expandir o espaço de circulação desta língua, que passa a ocupar um ‘espaço de enunciação ampliado’. Isto é, este instrumento linguístico leva a variedade do Português do Brasil para outros países, amplia, assim, seu espaço de enunciação e torna a Língua Nacional, desta forma, uma ‘língua transnacional’ e configura o processo de ‘transnacionalização’ do Português brasileiro. Este exame é também significa o povo brasileiro no exterior. Mas ao fazê-lo, unifica o plural, a heterogeneidade que constitui o povo brasileiro - língua, cultura, história, etc. Verificamos, desta forma, que tal ‘Política Linguística’ do Estado brasileiro se mostra contraditória, pois considera a variedade do Português emitindo um Certificado do Português Brasileiro que difere do de Portugal. Ao passo que desconsidera que no Brasil o ‘Espaço enunciativo’ é diversificado. No exame não são consideradas as línguas de Minorias (como línguas indígenas, de imigração, etc.), nem mesmo as variantes regionais. Vislumbramos nesta ação do Estado a remissão a uma história e a uma ‘memória’. Historicamente, esta ‘política linguística’ remete à disputa com Portugal pela administração do Estado brasileiro, na época do Brasil colônia de Portugal. Esta ‘memória’ retorna hoje com a disputa pelo lugar de destaque que ocupa a Língua Portuguesa nos espaços de enunciação transnacionais. Atualmente, a participação do Brasil no cenário econômico mundial tem levado a variedade do Português do Brasil para o exterior. Isto se dá de várias formas, uma delas é através do esporte, que comumente se utiliza dos bons resultados do futebol para se fazer lembrar e garantir espaços privilegiados na mídia, como o que está previsto, além de 2014 com as Olimpíadas, com a Copa do Mundo no Rio de Janeiro, em 2016. Outra forma de galgar influência econômica junto ao resto do mundo, que pode transformar-se em influência política, é a participação do Brasil, junto de Rússia, Índia e China, no BRIC - aliança feita entre os países citados através de vários tratados de comércio e cooperação, assinados a partir de 2002. Tais participações no cenário internacional colocam o Brasil em destaque na mídia e junto dele a variedade do Português do Brasil – que é uma das grandes responsáveis pela divulgação e pela fixação de ideias, e que constitui ‘discurso constitutivo’ do CELPE-Bras. Pois os materiais nos quais se baseiam tal avaliação são estruturados sobre discursos que geralmente tratam do Brasil divulgados pela mídia, como jornais, revistas, etc.

Na redação de vestibular, a marca da contradição do sujeito

Valéria Fontoura Nunes
Especialista em Língua Portuguesa (UNIFRA)
Prof.^a Ms. Jandira Aquino Pilar
Orientadora (UNIFRA)

A redação de vestibular é um texto que preocupa pais, alunos e professores. Em geral, ele é visto sob a perspectiva da estrutura, isto é, como um texto com introdução, desenvolvimento e conclusão. Neste trabalho, o gênero redação de vestibular será apresentado sob a perspectiva discursiva a partir dos postulados de Michel Pêcheux (1969). O autor propõe, na *Análise do Discurso* de linha francesa, uma visão dos processos discursivos que constituem o discurso. Inserindo-se nesta linha teórica, o trabalho analisa redações produzidas no concurso vestibular da UFSM, do ano de 2008, buscando compreender como se constituem os discursos dos sujeitos vestibulandos. O *corpus* empírico foi composto por dezesseis redações e, a partir dele, foi constituído o *corpus* discursivo com as sequências discursivas de referência. Essas sequências discursivas selecionadas filiam-se aos saberes positivos e ao saberes negativos sobre o uso do celular. Os resultados obtidos demonstram que os discursos dos sujeitos vestibulandos reproduzem discursos que circulam sobre o tema e, por isso, trazem a marca da contradição. Este fato torna evidente a natureza heterogênea do discurso que nos constitui como sujeitos sócio-históricos.

Língua(gem) e processos identificatórios no ensino-aprendizagem de línguas

Maria Cledir Zilli Queiroz
Mestre em Letras (UPF)
Prof.^a Dr. Carme Regina Schons
Orientadora (UPF)

Nossa dissertação analisa *os processos identificatórios* que incidem na constituição identitária dos sujeitos-alunos, considerando uma noção de língua perpassada pela heterogeneidade, que constitui o entrelínguas, ou seja, como o sujeito se inscreve nas discursividades da língua. Para isso, problematizamos a unicidade da língua, que aponta para a presença do Outro/outro no dizer, compreendendo os efeitos de sentido produzidos na constituição dos sujeitos e de seus discursos, imersos na equivocidade e nos processos inconscientes, considerando a complexidade do que está no entrelínguas — a exterioridade social e histórica —, constituindo a heterogeneidade e a alteridade do dizer. Evidenciamos aspectos referentes ao campo epistemológico da *Análise do Discurso* (AD), bem como questões ligadas aos processos de identificação dos sujeitos, resultantes de identidades em processo de construção e da teoria psicanalítica (Lacan como releitura de Freud); a subjetividade não tem limites e a identidade é um processo em construção e formada pelas diversas identificações e posições sociais ocupadas em todas as instâncias e situações que vivemos. Considera-se que em cada momento sócio-histórico outras manifestações, outras interpretações, outros sentidos são possíveis a partir dos embates político-sociais acarretados pela força da ideologia, movimentando, assim, sujeitos, língua e história. O *corpus* da pesquisa é constituído de textos produzidos na língua materna e língua estrangeira, representados neste estudo, respectivamente, pela língua portuguesa e língua inglesa, por alunos do primeiro ano do ensino médio de uma escola estadual de São Borja. Pretendemos verificar o modo como os sujeitos-alunos se subjetivam, inscrevendo-se e inscrevendo o outro no

discurso e, dessa forma, como se constroem os processos identificatórios, por meio da escrita de si, quando expostos ao ambiente escolar. Elegemos o espaço da escola com o propósito de analisar as determinações (im)postas por esse ambiente a esses sujeitos que nele se inscrevem para produzir seus textos. Os sujeitos-alunos ao se inscreverem nesse espaço, na FD escola, subjetivam-se e, de algum modo, se constituem com esse saber, produzindo os processos identificatórios. A escola, com disciplina e normas bem determinadas, constrói nos sujeitos-alunos a ilusão da falta e a sensação de completude; trabalha no sentido de abafar outras vozes, de postular a homogeneidade e, no sentido de evitar o confronto entre a LE e a LM; passa a imagem de que aprender línguas é uma atividade harmoniosa. As análises enfatizam que as relações/aproximações entre língua(gem) e processos identificatórios levam em consideração a tomada da palavra como um movimento essencial a ser observado quando se pensa nessa relação, uma vez que esse movimento não deve ser entendido como a utilização de um instrumento, a língua, por um sujeito intencional e centrado, mas representa o estabelecimento pelo sujeito de uma posição, isto é, o lugar a partir do qual ele se dirá como sujeito, um lugar no discurso; nesse lugar o sujeito se constitui e constitui a sua história e a história da língua; a língua carrega a opacidade dos sentidos e dos sujeitos à medida que estes se constituem e são constituídos na sua relação com a história; seus discursos são tecidos pela história, que tem uma memória, a qual é responsável pela filiação dos sentidos que dão sustentação à existência humana. A análise é realizada a partir de dois recortes selecionados de textos produzidos em sala de aula — o primeiro constituído de SDs da LM (língua portuguesa) e o segundo com SDs da LE (inglês), cada recorte com dois blocos de SDs pertencentes a diferentes propostas de escrita. Os encaminhamentos dessas propostas foram realizados por três professores da escola: dois de LM — língua portuguesa; e um professor de LE – língua inglesa. O primeiro professor de língua portuguesa propôs uma discussão em sala de aula sobre a precocidade sexual e, após, solicitou aos alunos que produzissem seus textos; o segundo, solicitou aos seus alunos que fizessem um texto em sala de aula sem determinar tema e gênero; e o professor de língua inglesa, simplesmente, solicitou uma produção em LE; quando questionado pelos alunos acerca do tema, respondeu que escrevessem sobre o que eles (alunos) julgassem/tivessem interesse em escrever e que merecesse ser escrito em língua inglesa e não em língua portuguesa. Ainda sugeriu que não se limitassem a título, podendo este ser atribuído no final da escrita. Pela análise, o estudo conclui que não há como especificar o ensino desta ou daquela língua sob pena de não expor o outro – sujeito aluno – à experiência de estranhamento; inscrevendo o professor numa perspectiva reducionista na qual constrói a representação de língua homogênea, emergindo desejos recalçados e de controle. Para que se estabeleça a interlocução é preciso discriminar contrastes, expor o outro à opacidade, considerando que estamos sempre no entrelínguas, entre culturas, entre saberes e o processo ensino-aprendizagem de língua é bastante complexo e implica, além da aquisição de saberes e competências, a reconfiguração de processos subjetivos e identitários que constituem o sujeito-aluno, por meio de processos sócio-históricos e inconscientes em relações simbólicas e imaginárias produzidas na e pela história.

Análise de letras de músicas de Gabriel, o pensador

Pâmela Selso Martins
Especialista em Linguística e Ensino da Língua e da Literatura (UNICRUZ)
Prof.^a Dr. Elizabeth Fontoura Dorneles
Orientadora (UNICRUZ)

O estudo aborda a questão da análise de algumas músicas de Gabriel, O Pensador, como forma de compreender o caráter social de suas letras. As letras de músicas escolhidas foram: *Até quando?*, *Se liga aí*, *Tem alguém aí?*, *Retrato de um playboy*, *Sem parar*. Trabalhou-se diante de algumas hipóteses tais como, a possibilidade de suas experiências de vida influenciarem sobremaneira sua obra; a difusão do cantor e compositor por meio da música *Rap* como melhor forma de atingir seu objetivo de crítica social; sua posição como sujeito ou o *Rap* como sujeito, e os efeitos de sentido que suas letras produzem. Sabendo-se da popularidade desse cantor e compositor, objetivou-se conhecer mais a cultura da música *Rap* e suas nuances de acordo com o papel social que a música em si transmite e sempre transmitiu ao longo do tempo, pois nunca deixou de ser e de exercer fundamental papel na sociedade, seja de crítica, seja de polêmica, seja de exaltação da vida ou da morte. A pesquisa mostra que Gabriel denota em suas músicas aspectos de tomada de consciência geral, bem como o desejo expresso de mais autonomia e atitudes coerentes por parte de todos da sociedade. Ele assume, muitas vezes, um papel de precursor de atitudes urgentes a serem tomadas por nós. Gabriel pensa, fala e faz tornando-se um espelho que reflete a sociedade e que “chama” para a luta todos que têm vontade de mudar para melhor o lugar em que vivem. Gabriel é sujeito, e suas letras de músicas também o são, pois intrínsecas nelas estão estes apelos e conselhos vindos de alguém não proveniente do meio periférico do *Rap*, mas observador deste meio. Dessa forma, Gabriel afirma-se, segundo o estudo, como um sujeito conselheiro no tocante ao rumo das pessoas provenientes de um meio social menos favorecido. Nas letras de músicas analisadas percebe-se o incentivo do cantor e compositor em mostrar às pessoas que o ouvem e lêem, que a busca da felicidade independe de alguém ou de um sistema, que o bem-estar não depende apenas do materialismo, que viver em paz consigo mesmo e com a consciência é o principal. Alerta para os problemas sociais, tais como, vícios, roubos, marginalização e propõe atitudes ao invés de apenas reflexões. Gabriel como escritor também se revela um crítico social. Em duas obras publicadas – *Diário Noturno* (2001) que consiste em uma coletânea de textos escritos desde sua adolescência, e *Um garoto chamado Rorbetto* (2005) que relata a história de um menino que ao iniciar a ler e escrever se depara com um “problema” contando com o auxílio de seus colegas e da professora (questão do preconceito) Gabriel transfere muito de si para o público. As obras não foram analisadas no presente trabalho, mas tornaram-se elementos básicos para o conhecimento do modo de pensar e agir do próprio Gabriel. Este firmou suas idéias desde antes de começar a compor e a cantar, fazendo parte deste processo o incentivo à leitura e à informação. Nas letras de músicas analisadas percebeu-se a presença de elementos ideológicos e discursivos que se referem diretamente ao papel do *Rap* no meio social em que vivemos e da época em que este se instalou no Brasil, fortalecendo vínculos entre as camadas menos favorecidas da sociedade e também contrastando com o público e o papel que ocupa o rapper Gabriel, o Pensador na sociedade brasileira e também no exterior. Em suas músicas, em seu discurso prevalece a crítica social e a postura distinta de um cantor de *Rap* proveniente da periferia. Gabriel é um sujeito que lança mão do *Rap* tradicional para propor uma ação e atitudes urgentes a fim de evitar-se a marginalização e a precariedade cultural das pessoas. Ele compõe e canta para todos, todos aqueles que queiram perceber que a solução dos problemas sociais começa pela solução dos problemas pessoais, dentro de casa, da escola e do meio. Alerta e aconselha por meio de um ótimo dispositivo – a música.

A inextricabilidade entre memória e esquecimento no processo discursivo de reformulação de livros

Adriana Pozzani de La Vielle e Silva
Mestranda em Letras (UFRGS, Capes)
Prof.^a Dr. Freda Indursky
Orientadora (UFRGS)

O presente trabalho consiste em um recorte (adaptado, evidentemente) de minha Dissertação de Mestrado. Filiando-nos ao campo teórico da Análise do Discurso (AD) tal como ela foi fundada, na França, por Michel Pêcheux – e tal como ela vem sendo desenvolvida, com muita lucidez, aqui no Brasil –, tomamos por objeto de análise o processo discursivo de reformulação de livros e focalizamos, no caso que ora nos mobiliza, a inextricabilidade entre memória e esquecimento. Aproximamo-nos do referido processo de reformulação, com vistas a examinar o seu funcionamento discursivo e, por aí, os mecanismos subjetivos de apropriação, reprodução e transformação de parcelas de saber (notadamente, saber científico) que ali estão em jogo. Vale dizer que a modalidade de reformulação que nos tem interessado é compreendida por nós enquanto sendo referente apenas ao caso de reformulações autorais que não só incidem, em especial, sobre a relação entre *sujeito* e *ideologia*, mas afetam, precisamente, “o que pode/deve – ou não – ser dito” (ou seja, o próprio “enunciável” de uma dada formação discursiva). E há mais, ainda, a dizer sobre o objeto de análise: tal modalidade de reformulação por nós eleita não consiste, de modo algum, em um mero “capricho” de um sujeito-autor; muito pelo contrário: ela convoca/atraversa toda uma rede sócio-histórica – ideológica – de práticas discursivas (anteriores, simultâneas, futuras). Em Análise do Discurso, sabe-se que, a partir do *domínio de memória* de uma sequência – domínio esse definido como uma “pluralidade contraditória” de sequências discursivas –, é possível analisar as relações entre a produção de uma formulação e as repetições/rupturas ali colocadas em cena. Ao fazer, pois, isso para examinar o objeto de investigação por nós eleito, podemos então capturar os embates do sujeito com a ideologia no exato instante em que tais embates colocam em jogo a fronteira entre o “enunciável” e o “não-mais-enunciável” no interior de uma dada formação discursiva. Ao inscrever a edição revista na historicidade, buscar seu domínio de memória, procuramos compreender os movimentos interpretativos do sujeito-autor-revisor e investigamos as relações tecidas entre tal sujeito e duas determinadas versões de “seu” livro. Ao cotejar essas distintas edições, buscamos explicitar os efeitos de sentido que se produzem a partir de formulações de cada uma. Através desses procedimentos, pode-se entrever o fato de que, tomado na teia das contradições históricas do campo de conhecimentos em cujo interior se constitui como tal, o sujeito-autor-revisor entra num complexo jogo de repetir-deslocar-esquecer saberes/sentidos. E a tais gestos, aliás, cabe, com muita propriedade, a metáfora topológica do nó, uma vez que eles formam um verdadeiro nó na materialidade textual da edição revista. Esta última, por sua vez, desdobra-se então num gesto simultâneo de proximidade e distanciamento quanto à edição anterior: proximidade em virtude das determinações ideológicas que ainda permitem a manutenção da parcela repetível de saberes; distanciamento em virtude de tudo o que, uma vez precisando ser esquecido, deve ser ressignificado, embora subterrânea e inevitavelmente retorne como avesso do intradiscurso. As análises realizadas permitem compreender e explicitar o fato de que, à moda do episódio de Clémentis, a “edição de partida” faz-se memorial e materialmente presente na “edição revista”, apesar da pretensão (do sujeito-autor-revisor) de que ela, de fato, possa ser apagada em prol da “nova” versão. Nesta, portanto, aquela se mostra presente, mas transformada; ou ainda, presente pela necessidade de que se a esqueça (ora,

deve-se trazê-la à tona para dizer que ela já não funciona mais como algo de que se possa dizer “faz sentido que isto seja publicado e academicamente mencionado”; enfim, deve-se trazê-la à tona para justificar, muito antes da ilusória possibilidade de uma efetiva “substituição” – um apagamento –, a diferença e a primazia da nova versão).

Fronteiras enunciativas e sujeitos entre línguas

Juciane Ferigolo
Mestranda em Letras/Estudos Linguísticos (UFSM, Capes)
Prof.^a Dr. Eliana Rosa Sturza
Orientadora (UFSM)

Com este recorte visamos apresentar parte de nosso percurso na construção do trabalho de dissertação de Mestrado. A pesquisa em desenvolvimento se centra na análise de fragmentos de entrevistas realizadas com sujeitos que residem hoje no interior do município de Ivorá, mais precisamente na localidade da Linha Cinco. Esta cidade pertence à Quarta Colônia de Imigração Italiana e por este motivo seus habitantes são, na grande maioria, descendentes de imigrantes italianos, que vivem afetados por uma língua – para alguns materna e para outros não, dependendo da geração – em diferentes graus, a qual não coincide com a língua nacional e oficial do país. Este espaço constitui terreno fértil para o desenvolvimento de uma pesquisa com relação ao modo como tais sujeitos têm sua enunciação marcada pela confluência de duas línguas, dada à presença do italiano interferindo em distintos graus no português brasileiro falado nesta região. O que nos interessa, como meta última deste estudo, é fazer um trabalho comparativo entre trechos de enunciados de sujeitos descendentes de imigrantes italianos de diferentes gerações. Dito de outra forma, pretendemos usar partes de entrevistas realizadas, por exemplo, com um avô, com um pai e com um filho, a fim de observar o que permanece da língua italiana na enunciação de cada um dos falantes e como esta permanência significa os referidos sujeitos. Neste sentido, nosso trabalho se inscreve no campo dos Estudos Enunciativos. Empregamos para a realização das análises conceitos fundamentais como: memória discursiva, memória da língua, língua materna, língua estrangeira, segunda língua, língua nacional, língua de imigração, história, fronteira, fronteira enunciativa, espaço de enunciação, dentre outros que posteriormente sentiremos a necessidade de empregar. Também consideramos, como elemento determinante para a configuração do espaço de enunciação que estudamos no presente momento, os impactos das Políticas Linguísticas praticadas no Período do Estado Novo – de 1937 a 1945 – sob o governo de Getúlio Vargas. Tal período da história brasileira se caracteriza pela tomada de medidas autoritárias e restritivas, no que tange a diversidade linguística do Brasil. Os decretos-leis sancionados pelo presidente Getúlio Vargas proibiam o uso de qualquer língua que não fosse a nacional, em locais públicos, bem como em cerimônias públicas, em escolas, em celebrações, enfim, em todos aqueles locais em que estivessem brasileiros natos reunidos. Os descendentes de imigrantes que habitavam – a ainda habitam – nosso estado e que tinham como língua materna o italiano sofreram grave repressão, pois não podiam, ou melhor, não deviam usar tal língua nas interações sociais além ambiente familiar. A partir de então, instala-se a necessidade de aprender e usar a língua nacional, já que conhecê-la, praticá-la e ensiná-la aos filhos e netos garantia o direito de pertencer à nação. Falar português do Brasil era neste momento a certidão de cidadão brasileiro, com seus direitos e deveres. Muitos outros acontecimentos e práticas, além deste que já mencionamos, contribuíram para que os descendentes de imigrantes italianos fossem paulatinamente deixando de falar, deixando de ensinar, deixando de usar a língua italiana.

Isso, no entanto, jamais significou sua morte, seu silenciamento, seu apagamento. Na contramão desta idéia, a língua italiana resiste bravamente pelo funcionamento de uma memória da língua, a qual retorna toda vez que ditos sujeitos falam, toda vez que contam suas histórias, toda vez que ensinam algo, toda vez que comunicam algo, enfim, seja na forma de vocábulos, na forma de ditos populares, nas palavras usadas para repreender alguém ou discordar de suas idéias, nas canções, nas piadas, nos momentos de oração. É neste espaço de enunciação marcado e caracterizado pela inter-relação de duas línguas, que a todo o momento se constituem por um intercâmbio recíproco, que os sujeitos que as praticam se significam enquanto integrantes deste espaço. É importante salientar, neste caso, a presença de uma fronteira, que não é político-geográfica, mas enunciativa. Ela se manifesta quando este sujeito põe para funcionar uma língua que é duas concomitantemente, e o faz porque seu lugar de enunciador é este. Estamos, na fase atual de nossa pesquisa, construindo as bases teóricas para posteriormente procedermos com a coleta de mais materiais para nosso corpus, bem como, procedermos com a realização de uma análise mais aprofundada, visto que já temos feito alguns exercícios analíticos em artigos e trabalhos apresentados.

O funcionamento enunciativo-discursivo de diferentes línguas nas letras de músicas nativistas

Nédilã Espindola Chagas
Mestranda em Letras/Estudos Linguísticos (UFSM)
Prof.^a Dr. Eliana Rosa Sturza
Orientadora (UFSM)

O presente trabalho tem como proposta a análise do convívio entre diferentes línguas em um mesmo texto, e pretende considerar o contato entre Língua Portuguesa, Língua Espanhola, e Língua Guarani. A observação deste contato visa tornar possível analisar o espaço de produção e os efeitos de sentido produzidos por uma manifestação cultural sul-riograndense, representados na materialidade linguística das letras de músicas nativistas e que nos serve de amostra das relações dos sujeitos com as línguas. Estas relações serão consideradas a partir de uma perspectiva enunciativa-discursiva, através de conceitos fundamentais para a análise como língua nacional, língua estrangeira, espaço de enunciação, fronteira enunciativa e memória discursiva. O Brasil, segundo Guimarães, é um espaço de enunciação multilíngüe, e nele as línguas convivem e se relacionam a parte das inúmeras tentativas do Estado de unificação linguística, apresentando-nos, então, um espaço de enunciação marcado pelo intercâmbio linguístico. O referido autor, considera ainda que ao estudarmos as relações das línguas com os seus falantes, verificamos que a forma como o falante se significa se dá pela língua e que essa significação o identifica socialmente. Partindo dessa premissa, consideramos que as manifestações linguísticas analisadas fazem parte de um espaço de enunciação específico, fazendo com que apresentem sentidos diferenciados de outros espaços enunciativos, e que seus sentidos são construídos por uma confrontação de línguas na configuração de um espaço próprio. Trabalharemos, assim, uma manifestação linguística que se dá num espaço enunciativo próprio e que serve de exemplo do multilinguismo brasileiro. Como já foi mencionado, buscaremos a apreciação de três línguas em um mesmo enunciado, que são: a atual língua oficial do Brasil, o português, atravessada pela língua espanhola, língua estrangeira, no que tange a perspectiva do Estado brasileiro, e pelo guarani, língua materna dos primeiros grupos étnicos nativos da região sul do país no momento da colonização. A observação de determinadas manifestações linguísticas e neste caso de uma especificação representativa da

cultura rio-grandense, nos revela uma perspectiva de mundo de um indivíduo que vive, circula e enuncia entre línguas, tornado-se representativo de um espaço social e de um contexto sócio-histórico capaz de produzir um discurso característico e diferenciado do restante do território brasileiro. Muitas manifestações culturais do sul do país, e neste caso específico as letras de músicas nativistas, são exemplos do discurso de um sujeito acostumado ao intercâmbio lingüístico e cultural, devido também às proximidades geográficas, já que o estado faz fronteira com países de língua espanhola, numa sociedade marcada por ideologias e conflitos de disputas territoriais entre portugueses e espanhóis. A identidade rio-grandense provém de uma construção histórica que se deu a partir de grupos constituídos localmente ao longo de momentos históricos diferenciados, tendo sido produto do convívio dos ibéricos de Castella e Portugal, africanos, tropeiros e indígenas. A diversidade de culturas presente na formação social do Rio Grande do Sul contribuiu para a composição de uma identidade cujos traços característicos têm representatividade nas expressões lingüísticas da população. Para este trabalho será preciso, portanto, observar como se deu a formação social do estado a fim de verificar como a participação de várias etnias colaborou na constituição de uma forma peculiar de manifestação lingüística. Assim, lembramos que a identidade de um povo envolve inúmeros elementos e que não está apenas vinculada a um recorte territorial, mas resgata características de várias etnias que a ele se agregaram no decorrer da história. A ênfase nas peculiaridades lingüísticas do estado, entre elas o intercâmbio entre português, espanhol e guarani, serve de suporte para a manutenção de uma identidade que se apresenta em manifestações culturais como a que nos propomos a analisar. Este discurso, suas características, peculiaridades, e o sujeito que se significa através deles é, portanto, o nosso mote de trabalho, que já está movimentando vários conceitos e saberes paralelos na busca de suportes teóricos de diferentes naturezas para a fundamentação e solidificação desta pesquisa, de forma que a mesma venha a contribuir como acréscimo relevante aos nossos conhecimentos.

Em busca de um novo paradigma: o ‘discurso de’ e ‘sobre’ solidariedade

André Luís Campos Vargas

Mestrando em Letras/Estudos Linguísticos (UFSM)

Prof.^a Dr. Verli Petri

Orientadora (UFSM)

Em nosso estudo de dissertação, ocupamo-nos da discursivização das designações solidariedade e economia solidária, as quais se encontram assentadas em um discurso que reclama um novo paradigma como contraponto às consequências econômicas e sociais da globalização. Dessa forma, o *discurso de e sobre solidariedade/economia solidária* é articulado como resistência ao modo de organização fundamentado na livre empresa e no papel central do mercado na alocação de recursos. Em nosso trabalho, vamos procurar situar a globalização, a mundialização da economia em termos históricos a fim de poder compreender seus efeitos de desagregação social. Para tanto, tomamos como corpus os cartazes da FEICOOP, Feira do Cooperativismo, realizada desde 1994, em Santa Maria, RS. Analisaremos o movimento e o efeito dos sentidos que se repetem e se modificam, que permanecem e/ou ganham novo estatuto, no espaço discursivo dos cartazes. Importa destacar que o estudo não quer abarcar um conceito de movimento social, nem filiar-se aos moldes de lutas políticas partidarizadas ou setorizadas a problemas de corrosão social, mas, sim, procurar explicitar, sob novas luzes, sentidos outros que parecem resistir à lógica do poder e do mercado. Nossa hipótese é a de que esteja funcionando um sentido que não

encontramos mais nas instituições sociais e políticas, que se configura ao modo de um neocomunitarismo, em apelo à solidariedade enquanto afirmação identitária, que conclama ao associativismo, ao cooperativismo, via FEICCOOP – inicialmente, Feira do Cooperativismo e hoje Feira de Economia Solidária do MERCOSUL. Preliminarmente, economia solidária pode ser compreendida pelo viés da ajuda mútua na produção e no enfrentamento dos desafios ambientais, via relações sociais de cooperação. Também propugna uma organização social pela coexistência de pessoas diferentes, envolvidas por uma multiplicidade de redes, fluxos, projetos, representações. Com o objetivo de analisarmos sentidos que emergem desse discurso, isto é, de compreender o que chamamos discurso de/sobre o par solidariedade/economia solidária, nossa abordagem assenta-se teoricamente, em pressupostos da Análise de Discurso (AD), desenvolvidos por Michel Pêcheux e Eni Orlandi. Os elementos constitutivos dessa discursividade que mobilizamos são, além dos *discursos de/sobre*, também o interdiscurso, a paráfrase e a polissemia – de maneira a problematizar efeitos de sentido, ou seja, em como ‘solidariedade’ pode invocar uma ação social transformadora e, singularmente, efetivar-se como permanência, persistência que faz insurgir uma nova ordem social (redes de cooperação). Interessa-nos trabalhar os movimentos entre mudança e permanência a fim de promovermos uma reflexão que leve em conta o confronto entre o simbólico e o político, bem como os efeitos que daí redundam. Para tanto, tomamos enunciados que declamam a ‘uma outra’ visão consensual, veiculados em chamadas de ordem, entre os quais destacamos alguns: *Uma outra economia acontece; Um outro mundo é possível; A transformação pela solidariedade*. Buscamos, assim, problematizar questões como: Que sujeitos emergem nesse conjunto de circunstâncias? Que sentidos e filiações advêm dessa conjuntura com referência ao interdiscurso? Em comparação a que se pode dizer “uma outra”? Quais as bases de (re)produção e de relação dessa “outra economia”? Consideramos, ainda, em nossa análise inicial, a assertiva de que o *discurso sobre* é formulado desde uma memória constitutiva, oferecendo uma gama de formulações, doutrinamentos, veiculados, muitas vezes, por uma voz de autoridade e de verdade que parece harmonizar as diferentes vozes dos *discursos de*. O *discurso sobre*, por sua vez, é uma das formas decisivas da institucionalização dos sentidos, pois engendra uma espécie de mecanismo controlador dos sentidos, um funcionamento incessante para manter um efeito de sentido literal, de direcionamento a um centro visível e indiscutível. Diante disso, nossa proposta é esboçar preliminarmente alguns pressupostos fundamentados basicamente em Pêcheux, destacadamente no que diz respeito às condições ideológicas de reprodução/transformação das relações de produção. Arriscamos dizer que, no discurso em questão, há a latência de um novo paradigma que projeta uma nova produção de subjetividade do trabalho – além da luta pelo bem-estar, também chamada de ecológica, uma luta pelo modo de vida que vem a ser expressa no desenvolvimento de novas formas de agir e dizer o que seja solidariedade. Compreendemos que o processo social em pleno funcionamento desencadeia, por um lado, forças cada vez menos controladas ou reguladas, como é o caso do capitalismo globalizado; e, por outro, forças capazes de gerar transformações assentadas em formas de resistência àquilo que lhes ameaça. Assim, empreenderemos uma análise no cerne desse embate de categorias sociais e políticas, de dominação e de resistência, e que nos permite um olhar sobre novas possibilidades de interpretação, que emergem e se fazem presentes nos questionamentos iniciais. Podemos dizer desde já que há o diferente que pode vir a desconstruir efeitos de evidência, fazendo irromper o irrealizado, na tensão entre os *discursos sobre e de*.

O discurso testemunhal no processo penal: uma proposta para além das evidências

Carolina Salbego Lisowski
Mestranda em Letras/Estudos Linguísticos (UFSM, Capes)
Prof.^a Dr. Amanda Eloina Scherer
Orientadora (UFSM)

O presente projeto de dissertação vem propor uma análise do discurso testemunhal prestado em audiências de processos criminais, a fim de pensar em que medida esses discursos testemunhais instauram certos movimentos de sentido que primam pelo efeito de objetividade, ao mesmo tempo em que são constituídos por discursos outros, terceiros e sendo assim, por diversos sujeitos. Para tanto, utilizamos como base a Análise de Discurso, desenvolvida a partir dos estudos de Michel Pêcheux e Orlandi, sem, contudo, deixar de considerar as contribuições, por exemplo, dos estudos em semântica de Guimarães, os quais nos possibilitam refletir sobre o lugar de enunciação desses discursos testemunhais, além das noções de heterogeneidade mostrada e constitutiva, segundo Jacqueline Authier (2004). O corpus da presente pesquisa foi recortado, em seqüências discursivas, a partir de um arquivo formado por processos que versam sobre crimes contra a vida, e, nessa condição, são decididos também pelos jurados. No arquivo, selecionamos um processo julgado a cada mês de desenvolvimento da pesquisa, desde seu início (março de 2009) até o presente estágio (outubro de 2009). Como requisito para a escolha, esses procedimentos selecionados precisariam tratar de crimes contra a vida e conter discursos testemunhais. Cabe observar que a nossa escolha pelos discursos testemunhais - e não o discurso do réu, por exemplo - não é aleatória, mas explica-se no escopo de propormos um olhar sobre a constituição das provas em um procedimento penal. A produção de provas no Direito destina-se, por excelência, à importante função de aproximar, reconstruir, ao menos em parte, o fato que precisa ser esclarecido no decorrer do processo e, muitas vezes, são os únicos meios para tal. Já a prática forense, por sua vez, cotidianamente, faz com que diversas dessas falas sejam instrumentalizadas, através da transcrição, para que passem a fazer parte do processo. Nesse sentido, acreditamos que há um forte - mas velado - trabalho ideológico, pensado a partir dos aparelhos de Estado, no sentido proposto por Althusser (2008), já que desde sua origem, o fazer jurídico mostra-se vinculados a modelos de verdade e de poder, a partir dos quais os sentidos são encaminhados. Assim, já podemos apontar o fato de que o Direito, a partir do discurso, assegura seu próprio fazer, sua lógica interna estabilizada e os efeitos de não-contradição e segurança que necessita para que permaneça legitimamente reconhecido. Com relação ao atual estágio em se encontra a pesquisa, estamos mobilizando a noção de heterogeneidade mostrada (Authier, 2004) e de lugares de enunciação (Guimarães, 2005), ao dedicarmos nossa atenção para pensar, inicialmente, sobre as perguntas elaboradas pelo juiz, no momento de interpellar a testemunha, já que a própria constituição dessas perguntas, acreditamos, pode condicionar os sentidos do que é dito, posteriormente. A partir de Guimarães (2005) temos que o “lugar de dizer” – e a maneira, também - constituem sentido em relação ao que é dito, uma vez que afeta tanto o discurso quando a tomada de posição do próprio sujeito. É, assim, um acontecimento, situado historicamente e afetado pela falha e pela ideologia inerentes ao sujeito. Nesse sentido, não podemos deixar de considerar as condições de produção de cada discurso testemunhal, no qual a “mesma” coisa dita em diferentes situações passa a ser outra coisa (e nesse caso a aparente contradição pode ser produtiva). Partimos, assim, do pressuposto que o lugar de onde se fala é regulador dos sentidos para nos determos, nesse primeiro momento, na materialidade discursiva e, à luz da noção de heterogeneidade mostrada (Authier, 2004), apontarmos algumas elaborações que podem conferir determinados efeitos de sentido ao texto. É o caso, por exemplo, da

constituição do discurso da testemunha, ser em grande parte, pelo discurso direto ou com as marcas de primeira pessoa, a fim de alcançar um efeito de autoria e a evidência de que o relato foi somente construído por aquele que falou, sem qualquer outra intervenção. Quer-se, aí, constituir um efeito de objetividade e um simulacro de fidelidade ao que foi dito. Em seguida, a partir da noção de heterogeneidade constitutiva (Authier, 2004) iremos nos voltar ao fio do discurso, propriamente dito, para pensar, a partir dele, sobre as heterogeneidades que não se encerram na ordem da enunciação. Nesse sentido, então que podemos apresentar o andamento do nosso presente estudo, o qual - poderíamos dizer - tem como principal propósito de elaboração propor considerações acerca das movimentações de sentido constituídas/constitutivas em um discurso jurídico. Contudo, não o fazer pela efemeridade do olhar sobre as evidências, mas sim, a partir de um gesto de interpretação que reconhece no Direito o social, o político e o ideológico em pleno funcionamento.